

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM

GIOVANA BARUFFI FRANCO

**UM OLHAR PARA A BRANQUITUDE NAS QUESTÕES LINGUÍSTICAS DA
LÍNGUA**

PONTA GROSSA
2025

GIOVANA BARUFFI FRANCO

**UM OLHAR PARA A BRANQUITUDE NAS QUESTÕES LINGUÍSTICAS DA
LÍNGUA**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador(a): Prof.^a Dra. Cloris Porto Torquato

PONTA GROSSA

2025

F824 Franco, Giovana Baruffi
Um olhar para a branquitude nas questões linguísticas da língua / Giovana Baruffi Franco. Ponta Grossa, 2026.
91 f.

Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem - Área de Concentração: Linguagem, Identidade e Subjetividade), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Cloris Torquato.

1. Política linguística. 2. Ideologia da linguagem. 3. Branquitude. 4. Mercantilização - língua polonesa. I. Torquato, Cloris. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Linguagem, Identidade e Subjetividade. III.T.

CDD: 410



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

TERMO

GIOVANA BARUFFI FRANCO

UM OLHAR PARA A BRANQUITUDE NAS QUESTÕES LINGÜÍSTICAS DA LÍNGUA

Dissertação apresentada para obtenção do título grau de Mestre em Estudos da Linguagem na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Área de concentração em Linguagem, Identidade e Subjetividade.

Ponta Grossa, 20 de outubro de 2025

Prof.^a Dra Clóris Porto Torquato - Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof.^a Dra Lucimar Araujo Braga - Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof.^a Dra Neiva Maria Jung - Universidade Estadual de Maringá



Documento assinado eletronicamente por **Lucimar Araujo Braga, Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem - Mestrado**, em 20/10/2025, às 14:43, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Neiva Maria Jung, Usuário Externo**, em 20/10/2025, às 20:39, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Cloris Porto Torquato, Professor(a)**, em 27/10/2025, às 09:22, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **2836952** e o código CRC **8F52614A**.

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo suporte emocional e financeiro e por sempre me motivarem a seguir em frente.

Aos meus padrinhos, Celso e Eva, por serem meus companheiros de estrada nas viagens de São Mateus do Sul a Ponta Grossa e Curitiba.

À universidade, pública e de qualidade, que possibilitou minha formação.

À minha orientadora, professora Dra. Cloris Porto Torquato, por ter me acolhido e conduzido com dedicação e paciência neste processo.

À professora Dra. Lucimar Araújo Braga, pelas excelentes aulas, pela participação na banca e pelas valiosas contribuições.

À professora Dra. Neiva Maria Jung, por suas ricas contribuições ao meu trabalho.

À professora Dra. Bernardete Ryba, que me acompanha desde o ensino fundamental e foi minha maior incentivadora para ingressar e concluir o mestrado.

Aos colegas do mestrado, pelo incentivo, pelas trocas e pela amizade construída ao longo dessa trajetória.

Aos participantes desta pesquisa, por aceitarem compartilhar suas experiências e contribuírem com este estudo.

RESUMO

Esta pesquisa analisou as ideologias da linguagem implicadas na política de cooficialização da língua polonesa em São Mateus do Sul – PR, articulando questões de branquitude, mercantilização cultural e políticas linguísticas. O estudo passou por uma trajetória de mudança, desde a proposta inicial de valorizar a língua polonesa enquanto patrimônio até a problematização crítica da branquitude, revelando o papel das relações de poder na produção e legitimação de políticas linguísticas. A investigação caracterizou-se pela abordagem qualitativa, com entrevistas semiestruturadas realizadas com 14 participantes, incluindo agentes políticos, agentes educacionais, agentes dos serviços do município e agentes institucionais. Os dados foram gerados mediante consentimento informado, gravados em áudio e posteriormente transcritos, seguindo procedimentos interpretativos orientados por Fraser e Gondim (2004). A diversidade de perfis permitiu compreender diferentes perspectivas sobre a implementação da lei de cooficialização da língua polonesa e seus efeitos sociais, econômicos e culturais. Os resultados evidenciam que essa lei não se configura como instrumento de revitalização linguística efetiva, mas como mecanismo simbólico de mercantilização linguístico-cultural, beneficiando principalmente comerciantes e empresários da região central da cidade, e não os falantes da língua polonesa, residentes especialmente na zona rural. A implementação da lei enfrenta barreiras estruturais, como custos educacionais e limitações do legislativo, resultando em sua caracterização como “lei de gaveta”. Além disso, a análise revelou como a branquitude e ideologias da linguagem a ela relacionadas influenciam a valorização de certas línguas em detrimento de outras, evidenciando hierarquias raciais e econômicas na construção de políticas linguísticas locais. Este estudo contribui para os debates acadêmicos sobre políticas linguísticas, ideologias da linguagem e branquitude, demonstrando que a análise da língua não se limita a aspectos comunicativos, mas reflete relações de poder, privilégios e desigualdades estruturais. Ademais, evidencia a necessidade de pesquisas futuras que questionem consensos estabelecidos, rompam pactos de privilégio e promovam olhares críticos e plurais sobre a linguagem, a cultura e a sociedade.

Palavras-chave: Política linguística; Ideologia da Linguagem; Branquitude; Mercantilização da língua polonesa.

ABSTRACT

This study examined the language ideologies underlying the policy of granting co-official status to the Polish language in São Mateus do Sul, Paraná, Brazil, by articulating issues of whiteness, cultural commodification, and language policy. The research underwent a process of theoretical and analytical transformation, shifting from its initial proposal of valuing the Polish language as cultural heritage to a critical examination of whiteness, thereby revealing the role of power relations in the production and legitimization of language policies. The study adopted a qualitative approach, based on semi-structured interviews conducted with 14 participants, including political actors, educational professionals, municipal public service employees, and institutional representatives. Data were generated through informed consent, audio-recorded, and subsequently transcribed, following interpretive procedures proposed by Fraser and Gondim (2004). The diversity of participants made it possible to understand different perspectives on the implementation of the law granting co-official status to the Polish language, as well as its social, economic, and cultural impacts. The findings indicate that the law does not function as an effective instrument for language revitalization but rather as a symbolic mechanism of linguistic and cultural commodification, primarily benefiting merchants and business owners located in the city's central area rather than Polish speakers, who predominantly reside in rural communities. The implementation of the law faces structural barriers, including educational costs and legislative limitations, resulting in its characterization as a "law on the books" that has not been effectively put into practice. Furthermore, the analysis revealed how whiteness and the language ideologies associated with it shape the valorization of certain languages over others, highlighting racial and economic hierarchies in the construction of local language policies. This study contributes to academic debates on language policy, language ideologies, and whiteness by demonstrating that the analysis of language extends beyond communicative aspects to reflect power relations, privilege, and structural inequalities. Moreover, it underscores the need for future research that challenges established consensus, disrupts systems of privilege, and promotes critical and plural perspectives on language, culture, and society.

Keywords: Language policy; Language ideologies; Whiteness; Commodification of the Polish language.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de São Mateus do Sul	15
Figura 2 - Cardápio do Jantar Típico Polonês	49
Figura 3 - Desfile de abertura do mês polonês.....	50
Figura 4 - Desfile - trajes típicos.....	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Busca avançada 1	19
Quadro 2 – Busca avançada 2	21
Quadro 3 – Busca avançada 3	24
Quadro 4 – Busca avançada 4	30
Quadro 5 – Busca avançada 5	32

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPITULO 1 - HISTORIOGRAFIA DE SÃO MATEUS DO SUL.....	13
1.1 O IMPACTO DA BRANQUITUDE EM MINHA VIDA.....	15
CAPITULO 2 - BUSCA POR ESTUDOS CORRELATOS	19
CAPITULO 3 - IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS	34
3.1 CONSTRUÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO.....	34
3.2 LÍNGUAS MINORIZADAS	38
3.3 IDEOLOGIAS RACIOLINGUÍSTICAS.....	41
3.4. POLÍTICAS E IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS	43
3.5 MERCANTILIZAÇÃO DA LINGUAGEM.....	45
3.6. LÍNGUA COMO LUGAR DE PODER	52
CAPITULO 4 - METODOLOGIA.....	56
4.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS	58
4.2 PERGUNTAS NORTEADORAS	59
4.3 A ÉTICA EM PESQUISAS E AS VOZES DOS PARTICIPANTES	61
4.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS	62
CAPITULO 5 - POLÍTICAS E IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS NA	
COOFICIALIZAÇÃO DO POLONÊS EM SÃO MATEUS DO SUL .	63
5.1 A MERCANTILIZAÇÃO DA LÍNGUA POLONESA EM SÃO MATEUS DO SUL ...	63
5.2 OS BENEFICIÁRIOS DA COOFICIALIZAÇÃO DA LÍNGUA POLONESA.....	67
5.3 IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS, BRANQUITUDE E A MERCANTILIZAÇÃO DA LÍNGUA POLONESA	69
5.4 LÍNGUA POLONESA NA ESCOLA: APRENDIZAGEM OU PROMOÇÃO TURÍSTICA?	74
5.5 COOFICIALIZAÇÃO SIMBÓLICA: QUANDO A LEI EXISTE, MAS NÃO SE MATERIALIZA	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS.....	87
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (T.C.L.E)	
.....	91

INTRODUÇÃO

Há várias formas de nos identificarmos, de nos sentirmos pertencentes a algum lugar. No meu caso, o cheiro do enxofre advindo da empresa Px Energy (antiga Petrobrás), o pierogi, o sonho, o pinhão, o pastel de festa e as músicas variadas - gaúcha, bandinha, sertanejo, polonesa -, mas especialmente, o programa polônês da rádio aos domingos, são cheiros, momentos e comidas que me trazem um sentimento de pertencimento a minha cidade, São Mateus do Sul - PR.

Cresci tendo influências tanto da língua polonesa - já que minha cidade é fortemente polonesa e eu tenho ascendência polonesa - e também italiana - minha mãe é italiana e me ensinou uma palavra aqui e outra ali.

Durante o curso na Faculdade de Letras, pesquisei a fundo sobre as questões polonesas em minha cidade - cultura, identidade e negociação de identidades¹. Fiquei encantada com as histórias que os entrevistados me contaram de suas vidas - como a vergonha por serem polacos, por não saberem falar a língua portuguesa na pré-escola, e pude conhecer um pouco mais sobre o modo de vida dessas pessoas - e a cultura que as orienta.

Nesse contexto, me parecia justo proteger essa língua na qual em algum momento foi nomeada, associada a nós, construída para parecer parte de quem somos, dessa comunidade. Eu, que nem sequer a falava, estava disposta a mantê-la. Sendo que, nesse meio tempo, estava me tornando professora de português e inglês.

Todavia, no mestrado, uma reviravolta ocorreu. Inicialmente, pretendia analisar as possibilidades da cooficialização da língua polonesa na cidade de São Mateus do Sul - PR. Foi então que, em conversa com a prefeita, descobri que essa Lei já existia. Falarei mais sobre ela à frente, por conta disso, precisei mudar o foco da pesquisa, mas mantive o objetivo de promover a língua e a cultura polonesa.

¹ Este trabalho intitulado *A Negociação das Identidades Polono-Brasileiras na Capital Polonesa do Paraná* (2021) teve como objetivo compreender como os descendentes de poloneses de São Mateus do Sul-PR negociam suas identidades. A pesquisa investigou o uso da língua polonesa e da língua portuguesa no cotidiano desses sujeitos, além de observar sua relação com aspectos ideológico-culturais como religiosidade, festas, músicas, danças e culinária tradicionalmente polonesas. O estudo adotou uma abordagem qualitativo-interpretativista, com entrevistas exploratórias e semiestruturadas como principal instrumento metodológico, cujos dados foram obtidos por meio de gravações em áudio. Foram 19 entrevistas. O referencial teórico abrange autores como Wachowicz (1970a, 1970b, 1981), Campos (2006) sobre imigração; Cuche (1999), Eagleton (2011), Canclini (2015) sobre cultura; Moura (2009), Hall (2006, 2014), Silva (2014), Woodward (2014) sobre identidade; Blackledge (2004), Pavlenko (2004), Blommaert (2013) sobre negociação de identidades; e Suassuna (2008) sobre metodologia. Os resultados indicaram que a tradição religiosa é um marcador identitário fortemente presente na comunidade. A língua polonesa, embora em declínio, ainda é utilizada no cotidiano. Já a identidade étnico-linguística alterna-se entre a polonesa e a brasileira, dependendo do contexto vivenciado pelos entrevistados.

Foi, então, nas aulas de LIN022 - Linguagem, Letramentos E Políticas De Identidade, ministrada pela professora e minha orientadora, que o “click” veio, pois discutimos sobre como a língua pode ser um espaço de dominação, mas também de resistência, sendo que o corpo fala de um lugar social e político, não sendo uma língua neutra, mas onde se marca um lugar de raça, gênero, sexualidade e etnia. Desse modo, destaca-se a questão da branquitude, a qual me fez entender o meu lugar na sociedade e me possibilitou questionar outros aspectos, como por exemplo essa lei que irei discutir. A questão da branquitude foi essencial para esse meu amadurecimento, entendendo aqui a branquitude como a forma com a qual a sociedade valoriza e privilegia pessoas brancas, muitas vezes sem que isso seja percebido diretamente. Agora, precisava entender, primeiramente, outras questões cada vez mais fundamentais, como: Por que a língua polonesa foi cooficializada em um município em que não há apenas descendência polonesa?

Sou mulher, branca, descendente de poloneses e italianos. Venho de uma condição financeira e social estável. Neste trabalho, procuro desestabilizar o pacto da branquitude, pacto esse que mostra como pessoas brancas, mesmo quando não percebem ou não nomeiam seu lugar racial, se beneficiam de uma estrutura que favorece suas formas de viver, pensar e ocupar espaços — inclusive o espaço da linguagem. Esse pacto é silencioso, mas poderoso: trata-se de um acordo social implícito entre pessoas brancas para manter seus privilégios às custas da exclusão de pessoas negras e indígenas. Já na questão da linguagem, esse pacto se manifesta, por exemplo, quando se naturaliza a ideia de que a forma de falar das classes médias brancas urbanas é a única correta e aceitável — enquanto se desvaloriza as formas de falar das periferias e dos povos racializados². Analisar a branquitude, portanto, é essencial para revelar como esse poder opera de maneira sutil, porém profunda, na produção de leis, normas e políticas linguísticas que reforçam desigualdades. Mesmo sendo branca, o fato da cidade onde habito oficializar uma língua branca me deixou hesitante, pois não há apenas cidadãos brancos residindo aqui. Com isso, pretendo analisar para quem a língua polonesa se mostra útil nesse contexto (no município de

² Povos racializados são aqueles grupos sociais que são socialmente classificados ou percebidos como pertencentes a uma “raça” específica, sendo frequentemente submetidos a processos de discriminação, marginalização ou exclusão. O conceito enfatiza que a racialização é um processo social e histórico, e não uma determinação biológica. (Cabral, 2019; Telles, 2004)

São Mateus do Sul) e por quem e para que ela é usada, focalizando a função dessa língua branca. Como afirma Heller (2005), quem ganha e quem perde com isso?

Desse modo, o objetivo principal desta pesquisa é analisar as ideologias da linguagem implicadas na política de cooficialização da língua polonesa em São Mateus do Sul, problematizando suas articulações com questões raciais, econômicas e, conseqüentemente, de poder. Para isto, são objetivos específicos: 1. compreender como se construiu a narrativa de São Mateus do Sul como capital polonesa e quais ideologias sustentam essa representação; 2. Conhecer e analisar as posições das pessoas envolvidas na criação, aprovação e implementação da política de cooficialização da língua polonesa; 3. Examinar essa política à luz das ideologias da linguagem, relacionando-a à branquitude, à mercantilização da língua e às desigualdades raciais e econômicas que atravessam o município.

Em termos metodológicos, analiso o próprio documento da lei, relacionando-o com outros discursos sobre a identidade polonesa de São Mateus do Sul. Além disso, entrevistei agentes políticos envolvidos no processo de elaboração e aprovação da lei e moradores da cidade que são afetados por essa política linguística. As entrevistas foram realizadas com 14 pessoas entre agosto e setembro de 2024 e tinham como foco a identificação das ideologias da linguagem presentes nos discursos dessas pessoas entrevistadas.

O presente trabalho está organizado da seguinte forma: após esta Introdução, apresento no capítulo 1 a historiografia de São Mateus do Sul e o impacto da branquitude em minha trajetória, no capítulo 2, alguns trabalhos que possibilitam relacionar políticas linguísticas e relações raciais. No capítulo 3, retomo elementos centrais das reflexões teóricas sobre ideologias, políticas linguísticas e mercantilização. No capítulo 4, apresento a metodologia da pesquisa. No capítulo 5, dedico-me à análise da lei e das entrevistas.

Este trabalho justifica-se por sua relevância acadêmica e social, uma vez que se constitui como um trabalho inédito ao articular de forma conjunta os temas da branquitude, da mercantilização da linguagem, das ideologias linguísticas e das políticas linguísticas. Apesar de já existirem estudos que abordam isoladamente cada um desses eixos, ainda são escassas as pesquisas que os colocam em diálogo, permitindo compreender como se entrecruzam e se materializam em práticas discursivas cotidianas. Nesse sentido, este estudo contribui para ampliar o campo da Linguística Aplicada e da Sociolinguística Crítica, ao evidenciar que a língua não é

apenas um meio de comunicação, mas também um espaço de disputa simbólica, racial e econômica. Além disso, ao problematizar a centralidade da branquitude na produção e legitimação de ideologias linguísticas e políticas linguísticas, este trabalho propõe um olhar crítico sobre os processos de hierarquização e invisibilização de identidades linguísticas no Brasil, abrindo caminho para reflexões mais amplas sobre desigualdade, racismo estrutural e relações de poder na sociedade contemporânea.

CAPITULO 1 - HISTORIOGRAFIA DE SÃO MATEUS DO SUL

A história de São Mateus do Sul remonta a um território originalmente habitado por grupos Kaingang³, que circulavam pelo planalto das araucárias e mantinham relação intensa com os rios Iguaçu e Paranapanema (Instituto Socioambiental, 2020; Prefeitura municipal de São Mateus do Sul, 2024). O contato com frentes coloniais luso-brasileiras se intensificou a partir do fim do século XVIII, sobretudo com as expedições oficiais da Capitania de São Paulo voltadas à conquista dos campos de Guarapuava, sendo de 1769 a referência mais citada quando o tenente Bruno da Costa Filgueiras teria pisado a área pela primeira vez em expedição militar. O local passou a servir como pouso e entreposto nas rotas tropeiras, inserindo-se no circuito econômico que ligava o Sul ao eixo Sorocaba–Viamão, e mais tarde, com a navegação a vapor iniciada em 1882, transformou-se em ponto estratégico de circulação e escoamento da erva-mate.

Os primeiros moradores de registro datam de 1877, e a localidade foi inicialmente chamada Porto Santa Maria, depois Maria Augusta, até consolidar o nome São Mateus. A partir de 1885, chegaram imigrantes alemães, atraídos por notícias de petróleo, como Rudolph Wolff e Gustavo Frederico Thenius, mas foi em 1890 que ocorreu a mudança demográfica mais marcante, com a chegada de aproximadamente duas mil famílias polonesas sob a liderança de Sebastião Edmundo Woss Saporski, que se estabeleceram nas colônias Iguaçu, Canoas, Cachoeira, Taquaral, Água Branca e Rio Claro (esta última, atual município de Mallet). Essa forte presença polonesa moldou a identidade cultural da região e valeu a São Mateus do Sul o título de “Capital Polonesa do Paraná”.

O ciclo da erva-mate, articulado com a navegação pelo Iguaçu, gerou riqueza e visibilidade, especialmente com a emblemática embarcação Vapor Pery, lançada em 1912, mas entrou em declínio a partir da década de 1950, quando a hidrovia perdeu a função diante do avanço das rodovias. Politicamente, a localidade foi

³ Os **Kaingang** são um dos principais povos indígenas da família linguística **Jê**, pertencente ao tronco **Macro-Jê**. Historicamente, ocupavam uma extensa faixa do **sul do Brasil**, abrangendo áreas dos atuais estados de **São Paulo (oeste), Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul**, sobretudo nas regiões de **planalto e floresta com araucárias**, que lhes forneciam caça, coleta de pinhão, roças e outros recursos. Com a colonização luso-brasileira, a ocupação Kaingang foi marcada por conflitos e tentativas de expulsão, mas também por negociações. No Paraná, especialmente no **Centro-Sul (Guarapuava, Tibagi, São Mateus do Sul, Palmas)**, os Kaingang resistiram por muito tempo às frentes de ocupação, sendo gradualmente deslocados para áreas de colonização ou confinados em terras demarcadas como **reservas indígenas** a partir do século XIX. (grifos meus)

emancipada em 2 de abril de 1908 pela Lei nº 763, instalada oficialmente em 21 de setembro do mesmo ano, elevada a termo judiciário em 1909, a cabeça de comarca e cidade em 1912, e, em 1943, teve seu topônimo oficializado como São Mateus do Sul. O vazio econômico deixado pela retração da navegação e da erva-mate foi parcialmente preenchido pela instalação, no final da década de 1960, de um projeto da Petrobras de industrialização do xisto da Formação Irati: em 1967 aprovou-se a construção da unidade protótipo e, em 1972, entrou em operação a usina que viria a consolidar a SIX como marco tecnológico e industrial do município.

Mais recentemente, a tradição ervateira foi reconfigurada com a obtenção da Indicação Geográfica de Procedência “São Matheus”, concedida pelo INPI em 2017 a uma região que abrange São Mateus do Sul e municípios vizinhos, o que recoloca a erva-mate local no cenário econômico nacional e internacional, articulando cultura, memória e mercado. Além da importância produtiva e migratória, a cidade preserva sua história por meio de instituições como a Casa da Memória Padre Bauer e o Museu Municipal, inaugurado em 1995, que resgatam o tropeirismo, a imigração e a vida social, reafirmando a identidade regional. Assim, a historiografia oficial de São Mateus do Sul pode ser compreendida pela articulação de três matrizes principais: a circulação e infraestrutura (das rotas tropeiras à navegação a vapor), o extrativismo e cultivo da erva-mate (com centralidade cultural e econômica), e a industrialização energética via xisto, complementadas pela revalorização contemporânea do saber-fazer local por meio da Indicação Geográfica, compondo um percurso singular de transformações produtivas e identitárias no Centro-Sul do Paraná.

A trajetória histórica de São Mateus do Sul, ao mesmo tempo em que se estrutura pela imigração polonesa, pelo ciclo da erva-mate e pelo processo de industrialização do xisto, também evidencia como a língua se converte em lugar de poder e em mercadoria simbólica. O próprio topônimo do município — que transitou de Porto Santa Maria a Maria Augusta e, por fim, a São Mateus (Prefeitura Municipal de São Matheus do Sul, 2024) — reflete uma disputa de sentidos e de autoridade sobre o espaço, em que o nome não é neutro, mas um ato de linguagem que confere legitimidade a determinados sujeitos históricos e invisibiliza outros, como os Kaingang, primeiros habitantes da região (Instituto Socioambiental, 2020). A presença polonesa, reconhecida oficialmente a ponto de render à cidade o título de “Capital Polonesa do Paraná” (Prefeitura Municipal de São Matheus do Sul, 2024), mostra como a identidade é negociada e institucionalizada também por meio da língua, seja na

manutenção do idioma e das práticas culturais da imigração, seja na tradução desses repertórios para uma memória coletiva validada pelo Estado e pelo mercado. Esse processo é atualizado na Indicação Geográfica “São Mateus”, concedida em 2017 (Instituto Nacional da Propriedade Industrial, 2017), que transforma a tradição ervateira em um signo de valor econômico, jurídico e cultural, mercantilizando não apenas o produto, mas o próprio discurso identitário associado ao território. Assim, a historiografia local confirma que a língua, os nomes e as narrativas históricas funcionam como dispositivos de poder (Bakhtin, 2011; Nascimento, 2019), instituindo hierarquias simbólicas e organizando regimes de visibilidade em torno da identidade regional.

Figura 1 – Mapa de São Mateus do Sul



Fonte: PORTAL SÃO MATEUS DO SUL. Localização.
2004. Disponível em:
<http://www.saomateusdosul.com/cidade/localizacao.php>.
Acesso em: 1 set. 2025.

1.1 O IMPACTO DA BRANQUITUDE EM MINHA VIDA

Tendo em vista o levantamento apresentado nas páginas anteriores, é fundamental que eu me posicione como mulher branca descendente de imigrantes poloneses em São Mateus do Sul. Durante 23 anos de minha vida, vivi sem que a cor da minha pele me fizesse refletir sobre minhas condições e, especialmente, meus privilégios. Na minha vida acadêmica, exceto no mestrado, não tive reflexões sobre o significado de pertencer a esse lugar, das minhas responsabilidades com injustiças

contra os grupos socialmente vulneráveis. Mas posso, aqui, trazer reflexões sobre como determinado grupo, o qual conheço, foi construído como “melhor”, mais favorecido e fazer alguns apontamentos:

- a) A imigração europeia foi feita seguindo o pacto da branquitude;
- b) A lei municipal que me proponho a analisar segue um sistema racial de favorecimento aos grupos brancos;
- c) A língua polonesa é cooficializada como *comoditie*, ou seja, vendida como um produto, uma mercadoria para favorecer comerciantes brancos, pois serão eles que se beneficiaram.

Cida Bento (2022) cita que, em um ambiente onde todas as pessoas são brancas, elas se identificam umas com as outras, entretanto quando esse padrão é rompido, gera um desconforto, uma ameaça. Sendo assim, os negros, de acordo com Bento (2022, p. 74) “[...] vistos como invasores do que os brancos consideram seu espaço privativo, seu território”. Além disso, pode ocorrer uma disputa, onde os “mais fracos” são eliminados por aqueles que têm mais poder e prestígio nas instituições.

Djamila Ribeiro (2019) faz um questionamento em relação ao apagamento dos negros na produção literária que vem em somatória a esse contexto, quando diz “É possível acreditar que pessoas negras não elaborem o mundo?”, ou seja, numa sociedade, é incrédulo que as pessoas não conheçam a história dos povos que a construíram. Há apenas a história contada pelo ponto de vista do poder, do branco.

Em análise, durante entrevista com a historiadora de São Mateus do Sul, Hilda Digner, quando a indaguei sobre os povos colonizadores, ela afirma:

Sobre os povos indígenas que já habitavam a região aqui antes mesmo da chegada dos imigrantes, nós temos informações de alguns grupos (...) O que nós temos? Nós temos vestígios, vestígios materiais. Por exemplo, aqui na Casa da Memória Padre Bauer, nós temos acervo arqueológico de algumas peças que são atribuídas ao uso dos povos indígenas (...), mas essas peças é uma materialidade que comprova a passagem ou a permanência desses povos aí na nossa região que hoje é o nosso município (...) A própria erva mate que é atribuída aos Guaranis, que é tão falada em São Mateus do Sul, que os imigrantes adotaram como questão econômica, como questão alimentar, como tradição.

A maior prova da colonização indígena que temos na cidade é a erva-mate. Atualmente, a nossa erva-mate recebeu o IG da erva-mate, sendo a primeira no Brasil, juntamente com a cachaça Salinas (MG) e o Vale dos Vinhedos (RS). Tudo isso graças às condições do desenvolvimento da planta, sendo cultivada de forma sombreada por mata nativa - Araucária, Cedro e Imbuia. Nesse contexto, a história da

erva-mate se funde com a história de desenvolvimento do município, como símbolo de representação da identidade cultural são-mateuense.

Juntamente a isso, Bento (2022) afirma que as organizações constroem discursos sobre elas mesmas sem levar em conta a população com a qual se relaciona, que utiliza seus produtos - como é o caso da erva-mate - e que consome seus produtos, tornando a presença e a contribuição negra invisível. A autora (2022, p.18) vai chamar de pacto narcísico da branquitude, quando “[...] as formas de exclusão e de manutenção de privilégios nos mais diferentes tipos de instituições são similares e sistematicamente negadas ou silenciadas”. Esse pacto da branquitude é firmado todos os dias pelos brancos, mas não é por meio de uma reunião secreta às cinco horas da manhã, quando os brancos se reúnem para pensar como vão continuar garantindo seus privilégios e omitindo os negros. “O pacto é uma aliança que expulsa, reprime, esconde aquilo que é intolerável para ser suportado e recordado pelo coletivo” (Bento, 2002, p.25). Tudo que não segue o “modelo” do branco, é considerado inapropriado e causa a exclusão, podendo ser em diferentes esferas da vida.

Ao refletir sobre a influência da branquitude na minha vida, percebo que minha experiência está atravessada por privilégios estruturais que muitas vezes se tornam invisíveis no cotidiano. Como mulher branca, vivendo em uma cidade marcada pela imigração europeia, cresci em um ambiente no qual minha identidade racial nunca foi colocada em questão. Ao contrário, ela foi constantemente validada como “neutra” ou “universal”.

Segundo Ribeiro (2019), a branquitude não é apenas uma cor de pele, e sim, um lugar de privilégio histórico e social, construído a partir da exclusão e da inferiorização de outros grupos raciais. É a norma contra a qual todos os outros são comparados com os brancos. Muitas vezes, essa posição é naturalizada, e o branco não se vê como racializado. Isso gera uma espécie de “cegueira racial”, na qual não se percebe que aquilo que se entende como “normal” é, na verdade, fruto de um sistema que beneficia uns -brancos- em detrimento dos outros grupos raciais.

Minha trajetória escolar, profissional e até mesmo os espaços que frequento socialmente são, em sua maioria, compostos por pessoas que compartilham da mesma racialidade que eu, sendo resultado do que Bento (2022) chama da lógica da manutenção dos lugares de poder ocupados majoritariamente por brancos.

Atualmente, tenho entendimento do porquê minha trajetória foi e é composta, em maioria, por pessoas brancas e que a estabilidade financeira que minha família possui, por exemplo, não é apenas resultado de mérito ou esforço pessoal. É também um efeito acumulado de gerações que puderam acessar terra, educação e trabalho em melhores condições, graças a políticas históricas que beneficiaram os brancos e marginalizaram os negros e indígenas. Reconhecer isso é parte do processo de romper com a lógica de uma branquitude que se pensa universal e meritocrática. E essa pesquisa é uma desestruturação do pacto da branquitude.

Com isso, é preciso sair do lugar confortável da neutralidade e atuar de forma ativa na desconstrução do racismo estrutural, ouvindo, aprendendo e abrindo espaços. Como ensina Ribeiro (2019), ser antirracista não é uma identidade, mas uma prática cotidiana. E essa prática começa com o reconhecimento do lugar de onde se fala – no meu caso, um lugar moldado pela branquitude e sustentado por estruturas que, por muito tempo, excluíram outras vozes.

CAPITULO 2 - BUSCA POR ESTUDOS CORRELATOS

Este capítulo tem como objetivo apresentar e refletir sobre pesquisas que dialogam com a temática central deste trabalho, a saber: a relação entre branquitude, racismo, políticas linguísticas e a construção social da raça. A partir de uma busca realizada no Google Acadêmico, identifiquei produções acadêmicas que se aproximam das questões discutidas nesta dissertação e que contribuem para o aprofundamento teórico e metodológico da investigação aqui desenvolvida.

A escolha por explorar esses trabalhos se justifica pela necessidade de compreender como outros pesquisadores têm abordado a intersecção entre linguagem e relações raciais, especialmente no contexto brasileiro, onde a branquitude opera como um marcador de poder e privilégio muitas vezes naturalizado. Ao examinar esses estudos, procuro mapear as principais contribuições e situar esta pesquisa no campo mais amplo dos estudos críticos sobre linguagem, raça e poder.

Nos tópicos a seguir, apresento os resultados da busca, com a devida contextualização de cada obra selecionada, destacando seus objetivos, recortes teóricos e metodológicos, bem como as contribuições que oferecem ao debate sobre políticas linguísticas e relações raciais no Brasil. A busca utilizou os termos “política linguística” e “raça” OR “políticas linguísticas” e “raças” a qualquer momento e em português, como mostrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Busca avançada 1

Tópico	Observações
Referência	SEVERO, C. G. Línguas e heranças africanas no Brasil: articulando política linguística e sócio-histórica. Revista da ABRALIN, [S. l.], v. 17, n. 2, 2019. DOI: 10.25189/rabralin.v17i2.483. Disponível em: https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/483 . Acesso em: 4 jun. 2024.
Palavras Chaves	Políticas linguísticas, Línguas africanas, Sócio-histórica
Campo	Línguas africanas nos discursos coloniais e modernistas brasileiros.
Objetivo Geral	Discutir política linguística e sócio-histórica para se abordar a maneira como as línguas africanas foram discursividades no Brasil.
Metodologia	Pesquisa bibliográfica.

Fonte: Autoria própria (2025).

O que nos chama a atenção neste trabalho é a discussão feita sobre a língua como um produto de práticas comunicativas (fins missionários) e relações de poder (a língua utilizada como meio de exploração). Severo analisa a presença de línguas africanas no contexto brasileiro decorrente do processo colonial de escravização de pessoas africanas. As línguas africanas mencionadas como parte da herança linguística trazida ao Brasil são, principalmente:

- a) Línguas Bantas – oriundas da região centro-sul da África, especialmente de áreas que hoje correspondem a Angola, República Democrática do Congo e Moçambique. Essas línguas foram faladas por grande parte das pessoas escravizadas trazidas ao Brasil, especialmente durante os séculos XVII e XVIII. A influência banta é observada em vocabulário, prosódia e sintaxe do português brasileiro, além de elementos culturais e religiosos;
- b) Iorubá – falada principalmente na atual Nigéria e trazida ao Brasil por africanos escravizados, sobretudo a partir do século XIX. O iorubá teve forte impacto nas religiões afro-brasileiras, como o Candomblé, e em práticas culturais e linguísticas das comunidades negras;
- c) Ewe-Fon – línguas da região do Golfo do Benim (atual Benim e Togo), também associadas aos povos trazidos para o Brasil e ao desenvolvimento de tradições religiosas afro-brasileiras como o culto aos voduns.

Cristine Severo não apenas cita essas línguas, mas também discute como foram historicamente silenciadas por políticas de branqueamento e apagamento cultural, refletindo sobre os impactos do colonialismo linguístico e da construção do Brasil como um país monolíngue (centrado exclusivamente na língua portuguesa). Ela propõe a articulação entre política linguística e sócio-histórica para repensar as formas de reconhecimento e valorização dessas heranças africanas no campo da linguagem.

Segundo a autora, a gramática de Pedro Dias era utilizada para o ensino da língua de Angola, língua essa que é amplamente reconhecida como o quimbundo, uma das principais línguas bantas faladas no noroeste de Angola, especialmente na região de Luanda, aos não-nativos em um contexto missionário, enquanto o trabalho de Antônio da Costa Peixoto era com o intuito de evitar rebeliões dos escravizados, pois, o "Vocabulário de Língua de Angola" tinha o objetivo de permitir que portugueses — especialmente senhores de engenho, feitores e militares — compreendessem e controlassem melhor os africanos escravizados. O vocabulário funcionava como um instrumento de vigilância e dominação. Ao entender o que os africanos falavam entre

si, os colonizadores podiam: identificar articulações de resistência ou fuga, interromper redes de comunicação entre os escravizados, impedir o fortalecimento de laços culturais e linguísticos entre eles. Portanto, conhecer a língua dos escravizados tinha uma função estratégica de controle social e político: se os senhores compreendessem o que os africanos diziam, poderiam reprimir possíveis rebeliões com mais rapidez e eficácia.

Entretanto, foi a língua portuguesa que os escravizados precisaram aprender através da transmissão oral para receber ordens de seus senhores e com intuito religioso. A autora analisa também o documento de Monteiro da Vide, focalizando alguns excertos e palavras que eram utilizadas para doutrinar/cristianizar os escravos. Severo discute a ideia de língua e raça no contexto de escravização. Neste momento a busca utilizou termos como “política linguística” e “racismo” OR “políticas linguísticas” e “racismos” a qualquer momento e em português mostrados no Quadro 2.

Quadro 2 – Busca avançada 2

Tópico	Observações
Referência	SEVERO, Cristine Gorski. Políticas Linguísticas e Racismo. In: VII Encuentro Internacional de Investigadores de Políticas Linguísticas, 2015, Córdoba. Actas del VII Encuentro Internacional de Investigadores de Políticas Linguísticas. Córdoba: Facultad de Lenguas, Universidad Nacional de Córdoba, 2015. v. 1. p. 403-409.
Palavras Chaves	Política linguística, Raça, Contextos coloniais e pós independência
Campo	O papel desempenhado pela língua na construção racial das diferenças nos contextos coloniais e pós-independência.
Objetivo Geral	Discorrer sobre o papel desempenhado pela língua – e pelas políticas linguísticas – na lógica do poder colonial em relação à ideia de raça.
Metodologia	Pesquisa bibliográfica.

Fonte: Autoria própria (2025).

Esse artigo trata das relações entre língua e raça na construção e hierarquização dos sujeitos coloniais. Além disso, a autora discute o papel da língua enquanto poder colonial sobre a raça, ou seja, a língua - portuguesa- como estratégia de controle, com isso, a língua funcionaria como signo de civilidade e instrução. O Estatuto do Indigenato (1929-1961) teve papel importante na vinculação entre língua

e raça, produzindo uma racialização entre línguas e pessoas. Esse estatuto regulamenta:

Artigo 1º - são considerados indígenas todos os indivíduos de raça negra, ou dela descendentes, que não estejam abrangidos pelo disposto no Artigo 2º deste diploma e não satisfaçam conjuntamente às seguintes condições: a) Falar, ler e escrever a língua portuguesa; b) Possuir bens de que se mantenham ou exercer profissão, arte ou ofício de que auferam o rendimento necessário para o sustento próprio [...]; c) Ter bom comportamento e não praticar os usos e costumes do comum da sua raça; d) Haver cumprido os deveres militares que, nos termos das leis sobre o recrutamento, lhes tenha cabido (Estatuto do Indigenato, 1929, p. 60).

No documento, a Língua Portuguesa é estabelecida como critério de diferenciação entre indígenas e assimilados. Os indígenas ou, então, não cidadãos, seriam aqueles que não possuíam proficiência na língua portuguesa - fala e escrita -, apenas possuíam conhecimento de línguas africanas, enquanto os cidadãos teriam proficiência na língua portuguesa. Políticas Linguísticas como essa contribuíram para o racismo ao validarem categorias coloniais que estimularam estereótipos sobre os usos linguísticos por diferentes pessoas. Essa ligação entre língua e raça resultou:

(i) no domínio econômico, ao classificar e atribuir uma diferenciação econômica e social aos usos linguísticos; (ii) na dimensão política, ao usar a língua como instrumento de diferenciação e controle, construindo as ideias de vassalagem (Brasil) e de cidadania (Angola); (iii) no domínio social, pela prática de categorização, classificação e agrupamento de pessoas a partir do critério linguístico, como as ideias de indígena, vassalo e cidadão; (iv) na dimensão epistêmica, pela produção de discursos, com efeitos de verdade, sobre as línguas e práticas linguísticas dos sujeitos ditos indígenas e dos africanos no Brasil e em Angola.

O trabalho de Severo (2015) contribui para refletirmos sobre as políticas linguísticas no Brasil. Nesse contexto, há uma ideia de “língua única” falada de norte a sul, algumas vezes sem levar em consideração nem mesmo a diversidade da língua portuguesa. Desse modo, impera no Brasil o mito do monolinguismo (Cavalcanti, 1999). Mas, Segundo Severo (2015), embora o mito do monolinguismo (Cavalcanti, 1999) ainda persista, nas últimas décadas observa-se uma crescente visibilização das diversas comunidades linguísticas brasileiras, impulsionada tanto por movimentos sociais quanto por respostas institucionais do Estado, como políticas públicas, legislações específicas e programas de valorização da diversidade linguística, tornando visível que o Brasil é constituído por mais de 200 comunidades linguísticas

diferentes⁴, sendo essas línguas brasileiras: línguas indígenas ou de imigrantes, línguas de sinais ou faladas por quilombolas. Línguas que vêm emergindo em virtude dos movimentos sociais e a reação do Estado a essas reivindicações, tornando-as responsabilidade das políticas linguísticas.

As intervenções sobre as línguas – tentando legislar, prescrever o uso correto ou intervir na forma – fazem parte dos modos como os grupos humanos buscam agir sobre as práticas comunicativas, pois as línguas que compõem essas práticas integram as relações de poder entre esses diferentes grupos; Calvet (2007, p. 11) nos diz que “o poder público sempre privilegiou essa ou aquela língua, escolhendo governar o Estado numa língua ou mesmo impor à maioria a língua de uma minoria”.

Nesse contexto de intervenção do poder público sobre as línguas, em 2021, em São Mateus do Sul, houve a cooficialização da língua polonesa no município, por meio do projeto de lei do legislativo nº045/2021, que tem por objetivo cumprir entre outros o disposto nesta lei:

- II- Valorizar a herança linguística e cultural como forma de resguardar o Patrimônio Imaterial do nosso povo;
- III- Buscar uma consciência ampla da necessidade de proteger a língua polonesa em todas as formas como base de identidade e cidadania;

A cidade de São Mateus do Sul, fica localizada na região Sudeste do Paraná, a 140 km da capital Curitiba. Com uma população estimada em 2010⁵ de 34.380 pessoas brancas, 723 pessoas pretas, 97 pessoas amarelas, 6.021 pessoas pardas e 35 pessoas indígenas (Censo Demográfico IBGE, 2010).

Esse grande número de pessoas autodeclaradas brancas se dá pela política de embranquecimento que ocorreu no Brasil logo após a abolição da escravatura. Não somente por isso. Parte dessa política implicou na vinda de pessoas brancas da Europa na condição de migrantes, a convite do governo brasileiro (Nascimento, 2016[1978]). São Mateus do Sul foi um dos municípios que recebeu uma grande quantidade de migrantes europeus, sendo a maioria vinda da Polônia e da Alemanha, no final do século XIX. Trabalhos que tratam sobre políticas de embranquecimento e raça, novamente utilizando o Google Acadêmico, temos:

⁴ Segundo Moita Lopes (2013), o Brasil é constituído por cerca de 200 comunidades linguísticas, dado que evidencia a complexidade sociolinguística do país e a falácia da homogeneidade linguística imposta historicamente pelo Estado-nação.

⁵ Utilizei o censo de 2010, pois é o mais completo em relação à autodeclaração racial.

Quadro 3 – Busca avançada 3

Tópico	Observações
Referência	EDUARDO, Domingos Amândio; DE SÁ NETO, Clarindo Epaminondas. O PROJETO DE EMBRANQUECIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA E OS EFEITOS SOCIAIS DA UTILIZAÇÃO DO DIREITO COMO INSTRUMENTO DE SEGREGAÇÃO RACIAL. Diké-Revista Jurídica , v. 22, n. 24, p. 619-644, 2023.
Palavras Chaves	Política linguística, Raça, Desigualdade social
Campo	A relação existente entre a política pública de embranquecimento da população brasileira e as desigualdades sociais.
Objetivo Geral	Analisar as consequências da utilização do direito ao longo da formação do país, como instrumento de segregação étnico-racial de negros e indígenas, e os efeitos práticos e duradouros desta política sobre a sociedade do século 21.
Metodologia	Pesquisa bibliográfica.

Fonte: Autoria própria (2025).

Embora o artigo de Eduardo e de Sá Neto (2023) não trate diretamente da linguagem, ele é fundamental para este trabalho por evidenciar como o direito foi historicamente utilizado para consolidar a branquitude como modelo de pertencimento social no Brasil. Ao discutir o projeto de embranquecimento da população brasileira, os autores oferecem elementos importantes para compreender como o racismo estrutural também se manifesta no campo simbólico, como é o caso da língua — quando esta é instrumentalizada como marcador de legitimidade, civilidade e autoridade. Assim, o artigo contribui para ampliar a compreensão das políticas linguísticas como parte das políticas de exclusão racial.

De acordo com o Projeto Slave Voyages, acredita-se que, entre os anos de 1501 e 1866, aproximadamente 12.521.337 milhões de pessoas foram arrancadas da África. No Brasil, segundo Eduardo e Neto (2023, p. 623):

Poucos países no mundo se beneficiaram tanto do tráfico de escravos e por tanto tempo quanto o Brasil, a ponto de as autoridades terem resistido ao seu término, tendo sido o último país das américas a aboli-lo [...] estima-se que quase 10 milhões de pessoas foram traficadas da África para a Europa e as Américas, e deste número, cerca de 3,6 milhões vieram para o Brasil.

Só após 350 anos, e após muitas rebeliões de pessoas escravizadas e ex-escravos e muita pressão internacional, que as autoridades brasileiras aboliram a escravidão, em 13 de maio de 1888 por meio da Lei nº 3.353. Entretanto, não foi criada qualquer oportunidade para que essa população voltasse ao mercado de trabalho e

tivesse condições de vida dignas. É importante lembrar que parte dessa mão-de-obra escravizada vivia nos espaços rurais. Após a oficialização da abolição, boa parte dessa população negra foi para espaços urbanos à procura de atividades remuneradas, uma vez que estavam impossibilitados de comprar terras, como assinala Lima (2024):

O processo de exclusão com fins de extinção do negro, tem seu início cerca de trinta anos antes do processo de abolição, com a Lei de Terras. Essa lei foi um dos instrumentos utilizados pelo Estado para impossibilitar seu acesso à terra (Theodoro, 2008). Colocava fim ao reconhecimento de posse e testificou a compra como o único meio de adquirir terras, fazendo com que houvesse uma inviabilização do acesso à terra para 'trabalhadores pobres, ex-escravos e seus descendentes' (Theodoro, 2008, p. 34). Tal lei teve sua promulgação no mesmo ano em que ocorreu a proibição do tráfico de escravizados com a Lei Euzébio de Queiroz. Esse período marca a passagem para o início do trabalho livre (Theodoro, 2008). 'É nesse contexto que a nova medida legal começa a vigorar, restringindo drasticamente as possibilidades de acesso à terra na transição do regime escravista para o de trabalho livre'. (Theodoro, 2008, p. 34). (Lima, 2024, p. 244)

Enquanto isso, houve o surgimento e crescimento da eugenia, entendida como um conjunto de práticas e ideias que visavam o aperfeiçoamento genético de populações humanas, ela teve grande influência na formulação de políticas públicas no Brasil, sobretudo após a abolição da escravidão. Como mostram Eduardo e de Sá Neto (2023), tais práticas foram utilizadas para sustentar ideologicamente projetos de embranquecimento da população, promovendo a exclusão de negros e indígenas sob a justificativa de inferioridade biológica e cultural. Com o objetivo de eliminar as pessoas negras e indígenas, o governo brasileiro passou a promover políticas de branqueamento/embranquecimento no país, o que desencadeou uma forma de eugenia baseada na construção da superioridade da população branca (Nascimento, 2016[1978]). O branqueamento da população garantia privilégios e direitos que só os brancos tinham.

A elite passou a exercer pressão cultural para com o branqueamento e, com isso, os negros negariam a si mesmos e às suas identidades como condição para serem incorporados no âmbito social e trabalhista. De acordo com Eduardo e Neto (2023, p. 628):

A mestiçagem passou a ser considerada como o caminho para o progresso e desenvolvimento do Brasil, pois a longo prazo resultaria no desaparecimento da raça negra, tornando-o, enfim, uma nação civilizada. O branqueamento da população também foi utilizado para defender o pensamento liberal de modernização, industrialização e imigração de mão de obra europeia. A ideia de importação de mão de obra europeia para substituir os negros derivava da suposta superioridade racial dos brancos e da maior produtividade que trariam à economia nacional.

É nesse contexto de branqueamento da população brasileira, que era composta majoritariamente por negros, que chegaram ao Brasil, na chamada febre brasileira, os europeus. De acordo com Wachowicz (1981), a abolição da escravidão trouxe um problema de mão de obra agrária no país, sendo necessário então, a importação de mão de obra agrícola europeia. É nesse contexto do projeto de embranquecimento da população brasileira — composta majoritariamente por negros — que se intensifica, a partir do final do século XIX, a chegada de imigrantes europeus, no fenômeno que ficou conhecido como “febre brasileira”. De acordo com Wachowicz (1981), a abolição da escravidão teria gerado um “problema de mão de obra” para a agricultura, o que levou o governo a incentivar a entrada de trabalhadores europeus para suprir essa demanda. No entanto, essa narrativa — ainda comum em diversas obras historiográficas — precisa ser problematizada. Não se tratava de uma ausência real de mão de obra, mas sim da recusa em empregar a população negra recém-liberta, que foi sistematicamente excluída das políticas de cidadania, terra e trabalho. O chamado “problema de mão de obra” foi, na verdade, uma construção ideológica da branquitude, usada para justificar a substituição da força de trabalho negra por imigrantes brancos, alinhando-se ao projeto de embranquecimento da sociedade brasileira (Nascimento, 2016 [1978]; Eduardo & de Sá Neto, 2023). Assim, é preciso compreender a leitura de Wachowicz como representativa de uma perspectiva eurocentrada, que reflete a lógica de exclusão racial vigente no Brasil do pós-abolição.

Enquanto isso, a Europa passava por crise, com queda na produção agrícola, e até miséria. O Brasil, aproveitando-se desse cenário, promoveu campanhas nessas regiões em crise, sendo apresentado como a continuação do paraíso bíblico, com terras férteis, muitas frutas e um clima favorável. Além disso, o governo brasileiro se comprometeu a pagar as passagens e a manutenção desses imigrantes até aqui.

Quando chegaram ao Brasil, os imigrantes tiveram auxílio financeiro para construção de sua moradia, receberam também utensílios agrícolas. Todo indivíduo masculino e maior de idade tinha direito a receber um lote de terra. Por fim, até que pudessem tirar sua renda da agricultura, os imigrantes trabalhavam na construção de estradas e recebiam de um a dois réis por dia.

Em contrapartida a toda essa ajuda e apoio financeiro do governo brasileiro para com os imigrantes europeus, pessoas negras, de acordo com Wachowicz (1981,

p. 90), eram “aproveitadas” como agregadas ou como assalariadas em trabalhos como o de soldado, artesanato ou criadagem.

O próprio sistema que o libertava encaminhava-o a tarefas que executava satisfatoriamente. Quando o imigrante e seus descendentes passaram a contar-se aos milhares, não só em torno de Curitiba, mas também em regiões mais interioranas, o liberto negro ou mulato começou a ser preterido pela mão de obra europeia.

A exclusão social e econômica dos negros foi muito bem sucedida por parte das autoridades brasileiras. Como resultado, essa população foi sendo empurrada para as terras tradicionais negras e os quilombos e para as periferias das cidades, especialmente das grandes cidades, onde foram se construindo as favelas, sem acesso a serviços sociais, pois esses eram destinados apenas aos brancos. Nesse sentido, Lima (2024), citando Hasenbalg (1979), assinala:

Hasenbalg (1979), defende que essa facilitação na entrada de imigrantes europeus no Brasil era uma medida extremamente racista e que buscava a ‘erradicação da mancha negra’ da sociedade brasileira em ascensão (Nascimento, 1973). Tal medida de imigração reforçou a marginalização do negro na sociedade brasileira e alocou grande parte da população, majoritariamente formada por escravos, nas regiões menos desenvolvidas do país, materializando ainda mais a exclusão e a falta de oportunidades educacionais e ocupacionais (Hasenbalg, 1979, p. 246)

No contexto urbano, onde se fixou uma significativa parcela da população negra ex-escravizada, às regiões menos desenvolvidas eram as periferias e as regiões de mais difícil acesso, onde se formaram as favelas e onde havia pouca ou nenhuma ação do poder público com acesso a saneamento, educação e saúde. Eduardo e Neto (2023) afirmam sobre as favelas brasileiras:

Favelas são extensões das senzalas, símbolos do desprezo e do abandono do poder público e resultado de 350 anos de escravidão mal resolvidos. Na verdade, a vista aérea das favelas brasileiras descortina um país que ainda não foi capaz de encerrar a escravidão e está longe de concretizar diversos princípios previstos na CRFB, sobretudo o princípio da igualdade, in verbis: ‘Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]’.

Para esses autores, a favelização⁶ é uma decorrência da política pública de embranquecimento da população brasileira e de eliminação da população negra, que, para sobreviver, buscava moradia nessas áreas desassistidas das cidades.

⁶ Nesse sentido, Lima (2024) destaca que as favelas são majoritariamente habitadas por populações negras: “Dados do Censo de 2022 trouxeram como resultado o fato do Brasil possuir cerca de 11.403 favelas, representando o expressivo número de 16 milhões de pessoas, sendo aproximadamente 67%

A mestiçagem foi imposta como um meio de eliminar os negros e tornar a população a mais branca possível. Como consequência, não foram criadas políticas públicas para a inserção dos negros na sociedade, sendo essa, capitalista, com trabalhadores assalariados, livres e brancos.

No caso específico da política de branqueamento que possibilitou a vinda de poloneses para São Mateus do Sul, o que observamos foi a desapropriação de terras de indígenas e caboclos, como observamos na narrativa de Romão Wachowicz (1984) sobre o estabelecimento dos poloneses nesta região. De acordo com o autor, quando os poloneses chegaram em São Mateus do Sul, encontraram aí os indígenas e os caboclos, também chamados pelo autor de “nativos”. O território de São Mateus foi parte do espaço de luta do Contestado, como se observa no texto:

As lutas no Contestado duraram até 1921. As colônias polonesas da região viviam sujeitas a ataques. Atingiam até Barra Feia, a sudoeste de São Mateus [do Sul]. Os **caboclos** vingavam-se dos brancos que violavam as suas propriedades, especialmente daqueles que construíram a primeira estrada de ferro. **Nesse caso as autoridades da época não procederam com eles de forma humana. Ao invés de repartir com justiça as enormes extensões de terra entre os nativos do sertão, expulsaram-nos à força.** (p. 10; grifos meus)

Os “nativos do sertão”, cujas terras foram expropriadas, são também denominados pelo autor como caboclos. É importante destacar que o caboclo, no contexto do Contestado, era

o sujeito resultante da mistura étnica entre indígenas, homens brancos e negros que por diferentes motivos aportaram na região, no Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná, onde foram se fixando, criando suas famílias e construindo um modo de vida tão rico e diverso (Machado, 2017, p. 158)

Reforça essa perspectiva o trabalho de Frois (2019), que afirma que o povo caboclo do Contestado era

uma população miscigenada formada por índios, negros e tropeiros do Rio Grande do Sul e São Paulo, os ‘mamelucos’ na etnia brasileira (Thomé, 1981) –que tinha como atividades a ‘exploração da erva-mate [e] dos parques produtos fornecidos pelas roças caboclas e dos alimentos encontrados naturalmente na região (mel, palmito, pinhão, caça, etc.) (Auras, 1984, p.30). (Frois, 2019, p. 154)

De acordo com Romão Wachowicz, a população de São Mateus do Sul, no início da colonização polonesa, era em grande parte composta por indígenas e caboclos:

desse total composto por pessoas negras (Meirelles; Athayde, 2022). Visto o comparativo com o Censo de 2010, que havia obtido o dado de 11,426 milhões de moradores de favelas naquele ano, isso significa um aumento exponencial de cerca de 40% no número populacional de pessoas que residem em favelas nos últimos 12 anos (Meirelles; Athayde, 2022, p. 250)”

Os índios destroçados no Paraná esconderam-se no fundo das matas, enquanto que na profundidade média das florestas havia muitos caboclos. Estes moravam principalmente dispersos, mas em lugares fixos, em seus pedaços de terra. Saíam do mato montados em burros, cavalos magros, andavam descalços, mas sempre com o indefectível facão e revólver engatilhado. Era o sinal de que o habitante do mato era 'civilizado'. Traziam para venda peles de animais selvagens, rolos de fumo enrolado, algumas linhas amarradas, dependuradas no pescoço do burro ou em seus próprios ombros. Para termos uma idéia de como eram habitadas as matas de São Mateus, vamos recorrer à estatística oficial de 1922 (isto é, 30 anos após a vinda dos imigrantes). A totalidade dos habitantes de São Mateus anotada nessa época era de 14.235, entre os quais havia 2.753 poloneses. (p. 9)

A expropriação dessas terras dos caboclos, que levou à Guerra do Contestado (1912-1916), esteve vinculada também à política de branqueamento. Oliveira (2025) assinala que o território do Contestado⁷ foi construído pelos governos de Santa Catarina e Paraná como estratégico para as políticas de branqueamento:

O discurso, posto em prática entre o final do século XIX e o início do século XX, previa 'povoar' regiões que, na verdade, já estavam povoadas no sul do Brasil, relacionando o 'progresso' com a chegada de colonos europeus, qualificados como fator de branqueamento étnico da região. Desta forma, reforçava-se a expulsão e o extermínio da população local, formada por povos Xoklengs, Kaingang e comunidades negras. A diversidade étnica das comunidades originárias e dos pequenos posseiros que habitavam o Contestado ficou conhecida como 'caboclos'. (p. 23-24)

Nesse sentido, podemos assinalar que as políticas de branqueamento se referiam tanto aos negros quanto aos indígenas⁸, sendo estes ainda mais invisibilizados naquele período, uma vez que o foco dessas políticas era o genocídio do negro brasileiro (Nascimento, 2016 [1978]). Os caboclos, negros e indígenas deveriam ser afastados (expulsos ou aniquilados) para que as terras fossem ocupadas (vendidas ou doadas) pelos imigrantes europeus.

O apagamento dos caboclos e dos indígenas, a quem Wachowicz (1984) se refere em seu texto, possibilitou que São Mateus do Sul fosse narrada como uma

⁷ Por um lado, Föetsch (2023) afirma que São Mateus do Sul não estava no território do Contestado: "Embora não inserido geograficamente no recorte espacial do Contestado, o município de São Mateus do Sul (PR) se localiza nas bordas da região, vivenciou e compartilhou do mesmo contexto social e econômico no início do século XX, que era sentido e percebido de diversas formas, em especial, nas altas taxas de mortalidade, sobretudo, materna e infantil" (p. 369). Por outro lado, Salvalágio e Ludka (2023) afirmam que a região do Contestado Paranaense é composta pelos seguintes municípios: "Essa região é composta por 11 municípios: Antônio Olinto, Campo do Tenente, General Carneiro, Palmas, Paula Freitas, Paulo Frontin, Porto Vitória, Rio Negro, São João do Triunfo, **São Mateus do Sul** e União da Vitória". (p. 475). (Raquel Mendonça Salvalágio e Vanessa Maria Ludka - A FOME E A POBREZA NA REGIÃO DO CONTESTADO PARANAENSE)

⁸ Silva e Rosas (2023) reforçam que os Kaingáng, Xokleng e Tupi-Guarani eram povos indígenas originários da região que hoje é o município de São Mateus do Sul. (Wagner da Silva e Celbo Antonio da Fonseca Rosas - SÃO MATEUS DO SUL NASCEU BEBENDO MATE: OS SUJEITOS PIONEIROS NO CULTIVO E CONSUMO DO OURO VERDE PARANAENSE)

cidade branca, de migração polonesa e alemã. No ano de 2021, São Mateus do Sul recebeu o título de Capital Polonesa do Paraná por meio da Lei Estadual 20.655, sendo referência da cultura polonesa, mantendo costumes, tradições e festividades. Além disso, outras cidades do Paraná, exaltam essa descendência proveniente dos imigrantes europeus, como é o caso de Castro e Carambeí, com a cultura holandesa, e Ponta Grossa com a festa alemã. De acordo com Santos e Jovino (2018, p. 170), essa exclusão dos grupos negros se dá como resultado de duas ações:

(...) o primeiro é a dificuldade de reconstrução histórica das trajetórias e memórias negras na região; o segundo é reflexo do primeiro e pode ser compreendido como a dificuldade de construir identidades negras positivas neste município o qual os negros não se sentem representados.

Apesar de todas as tentativas do Estado alimentadas pela classe dominante em sucumbir com os negros no país, de acordo com o censo do IBGE (2011), a população negra e indígena representa mais de metade da população brasileira atualmente. Busca por “branquitude” e “mercantilização” a qualquer momento e em português.

Quadro 4 – Busca avançada 4

Tópico	Observações
Referência	MORO, Daniela. Ideologias de linguagem, repertórios linguísticos e categorizações étnico-raciais em um município do Sul do Brasil: interesses em disputa no exame de discursos sobre línguas ameaçadas. 2024. 196 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.
Palavras Chaves	Ideologias de linguagem, Ideologias raciolinguísticas, Discurso de línguas ameaçadas, Repertórios linguísticos, Branquitude
Campo	Essa pesquisa investiga como língua, etnicidade e raça se articulam em contextos sociais específicos.
Objetivo Geral	O trabalho busca analisar como discursos sobre línguas ditas “ameaçadas” revelam interesses sociais em disputa, atravessados por ideologias linguísticas e raciais.
Metodologia	Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de base interpretativa, que utiliza entrevistas semiestruturadas como principal técnica de geração de dados, analisados a partir de referenciais teóricos críticos ligados a ideologias linguísticas e raciolinguísticas.

Fonte: Autoria própria (2025).

O trabalho de Daniela Moro (2024), intitulado Ideologias de linguagem, repertórios linguísticos e categorizações étnico-raciais em um município do Sul do Brasil: interesses em disputa no exame de discursos sobre línguas ameaçadas, dialoga diretamente com a presente pesquisa, pois também investiga a língua como

espaço de poder simbólico e de produção de desigualdades. A autora analisa, a partir de entrevistas com falantes de repertórios de origem europeia, como as ideologias linguísticas produzem diferentes valorações sobre as línguas e seus usuários, estabelecendo hierarquias que não se limitam ao campo linguístico, mas atravessam categorias raciais e sociais.

Moro (2024) evidencia que repertórios de origem alemã e italiana, mesmo quando considerados pelos próprios falantes como “quebrados” ou “engraçados”, recebem uma valorização social em virtude de sua associação à branquitude. Em contraste, formas de fala vinculadas a categorias como “caboclo”, “peão” ou “preto” são sistematicamente inferiorizadas. Essa constatação reforça o argumento de que a língua não se reduz a um sistema de comunicação neutro, mas constitui-se em marcador de distinção social e racial, funcionando como dispositivo de manutenção de desigualdades históricas.

Essa perspectiva encontra ressonância com Nascimento (2019), quando este afirma que a língua portuguesa no Brasil está atravessada por processos de racialização, de modo que o “português do branco” ocupa a posição de norma e referência, enquanto outras variedades são deslegitimadas. Assim, a pesquisa de Moro contribui empiricamente para o entendimento de como a ideologia linguística opera em contextos específicos, revelando que o valor atribuído a um repertório depende não apenas de sua estrutura, mas sobretudo da identidade racial e social do sujeito que o enuncia.

Além disso, ao revelar os discursos contraditórios sobre línguas ditas “ameaçadas”, o trabalho de Moro aproxima-se da concepção bakhtiniana de linguagem como arena de disputa. As entrevistas analisadas demonstram a presença de múltiplas vozes sociais que ora valorizam, ora deslegitimam os repertórios, expressando as tensões históricas e ideológicas que atravessam a vida cotidiana. Nesse sentido, a pesquisa de Moro não apenas amplia a compreensão das ideologias de linguagem no Brasil, mas também fortalece a análise da língua como lugar de poder, dialogando diretamente com a proposta desta dissertação.

Quadro 5 – Busca avançada 5

Tópico	Observações
Referência	STENZEL, Aline. “A cidade compra a ideia e a ideia compra a cidade: mercantilização da linguagem em um município genuinamente alemão”. 2022. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, defendida em 26 abril 2022.
Palavras Chaves	Multilinguismo, Mercantilização de linguagem, Cultura germânica brasileira
Campo	Trata-se de um trabalho na interface entre linguagem, sociedade e poder, com foco na análise crítica da mercantilização da língua em espaços turísticos de tradição germânica no Brasil.
Objetivo Geral	Analisar como ocorre a mercantilização da linguagem em um município brasileiro de colonização germânica, investigando de que forma a língua alemã e seus repertórios culturais são mobilizados como recurso identitário, simbólico e econômico no espaço urbano e turístico.
Metodologia	É uma metodologia qualitativa, analítico-interpretativa, baseada em análise da paisagem linguística e de discursos presentes no espaço urbano, interpretados à luz da teoria sobre mercantilização da língua, multilinguismo e identidade cultural.

Fonte: Autoria própria (2025).

A dissertação de Aline Stenzel (2022) apresenta uma reflexão fundamental sobre o papel da língua enquanto recurso simbólico, identitário e econômico. Ao investigar a presença da língua alemã e de seus repertórios culturais na paisagem linguística de uma cidade de colonização germânica, a autora mostra que a língua deixa de ser apenas um meio de comunicação e passa a ocupar um espaço de mercadoria, apropriada por instituições e pelo mercado turístico como forma de construir uma imagem de autenticidade cultural. Nesse processo, o idioma e os símbolos associados à germanidade tornam-se elementos de distinção social, circulando como bens de consumo que reforçam hierarquias e produzem valor econômico.

Esse movimento revela que a mercantilização da língua não se dá de forma neutra: ela está atravessada por relações de poder, nas quais determinadas línguas e culturas são legitimadas enquanto outras permanecem invisibilizadas. Ao destacar a centralidade da língua alemã e da cultura germânica no espaço urbano, Stenzel evidencia como a mercantilização opera em consonância com a valorização de uma identidade branca europeia, associada a prestígio, modernidade e sofisticação. Tal dinâmica nos permite compreender que a branquitude funciona como pano de fundo

desse processo, uma vez que é justamente o vínculo com uma herança racializada como branca que confere valor simbólico e econômico à língua em questão.

Essa discussão contribui diretamente para a presente pesquisa, pois ajuda a pensar a mercantilização da língua em articulação com as categorias de raça e poder. Enquanto no estudo de Stenzel a mercantilização se manifesta na exaltação de uma germanidade branca, aqui buscamos mostrar que tal lógica também implica a desvalorização e o silenciamento de outras línguas e identidades, sobretudo aquelas associadas a populações negras e indígenas. Assim, o trabalho de Stenzel amplia a compreensão sobre como a língua pode ser instrumentalizada pelo mercado e pelas instituições, servindo como recurso de diferenciação que, ao mesmo tempo em que visibiliza e valoriza determinados grupos, mantém a desigualdade racial e a supremacia da branquitude como eixo estruturante da vida social.

CAPITULO 3 - IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS 9

3.1 CONSTRUÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO

A construção da ideia de Estado-nação, conforme discutida por Heller e McElhinny (2017), é apresentada como um processo sociopolítico e histórico, buscando alinhar identidade cultural, linguística e territorial com estruturas estatais. Para essas autoras, o conceito de Estado-nação não é natural, mas sim, construído ao longo do tempo por meio de práticas discursivas, políticas e institucionais. A construção de um Estado regulador de um mercado com soberania sobre um território e sua população teve início no final do século XVIII, influenciada pelas ideias iluministas que representavam diferentes possibilidades de imaginar a organização social, e que serviram de base para muitas lutas políticas e econômicas que vieram a emergir a partir da Revolução Francesa.

Os principais pontos para legitimação do Estado-nação são: A centralização entre língua, povo e território: A ideia moderna de Estado-nação pressupõe que um único povo, isto é, com uma cultura e identidade comuns, habita um território delimitado e compartilha uma língua oficial que o representa. Essa centralização é uma construção idealizada e nem sempre corresponde à realidade, especialmente em contextos plurilíngues e multiculturais.

A linguagem exerceu o papel de ferramenta de unificação: A língua tem papel central na construção do Estado-nação. Ela é usada como instrumento de coesão social, identidade nacional e controle político. Por exemplo, as políticas linguísticas promovem uma língua “nacional”, em detrimento de outras línguas ou dialetos considerados regionais ou minoritários. No estabelecimento dos Estados-nação modernos, segundo Heller & McElhinny (2017), a linguagem foi fundamental para os processos e os discursos de legitimação, em grande parte mascarando as desigualdades, por meio do pressuposto de que todos poderiam aprender a língua nacional, mesmo que alguns sujeitos sempre fossem vistos como insuficientes ou como inerentemente incapazes de aprendê-la completamente.

⁹ Opto por usar o termo *ideologia linguística* e não apenas por *ideologia da linguagem* porque, sob a perspectiva bakhtiniana, o “linguístico” já abarca o campo semiótico: a linguagem, nesse enquadramento, é compreendida como semiose. Assim, a distinção entre “linguagem” e “linguístico” não produz diferença conceitual relevante, uma vez que o termo “linguístico” aqui não se restringe à noção de língua, mas abrange as múltiplas formas de linguagem/semiose. Além disso, no Círculo de Bakhtin, a linguagem é entendida primordialmente como interação, o que reforça a utilização de *ideologia linguística* no presente trabalho.

A seguir, são apresentados três eixos que, segundo Heller e McElhinny (2017), constituem fundamentos essenciais para a análise da relação entre linguagem, poder e mercantilização: a construção histórica e ideológica, que evidencia como processos históricos e ideologias estruturam hierarquias linguísticas; a exclusão e homogeneização, que aponta para as desigualdades e apagamentos gerados pela valorização de determinadas línguas ou variedades; e, por fim, a globalização e os desafios contemporâneos, que destacam a circulação global de línguas, capitais e saberes, bem como seus impactos sociais e culturais.

A construção histórica e ideológica: O Estado-nação é um produto de processos históricos, como a formação de impérios, colonizações e revoluções. É também uma ideologia, que promove a ideia de uma identidade homogênea que legitima o poder do Estado e sua autoridade sobre o território e a população. Esse processo tem relação com o desenvolvimento da já emergente burocracia, que servia para que o Estado funcionasse administrativamente. Para a burocracia funcionar, foi necessário padronizar os mecanismos de regulação e, a partir da regulação, os modos de pensar e agir dos cidadãos do Estado-nação.

A exclusão e homogeneização: A tentativa de criar uma identidade nacional muitas vezes leva à marginalização de grupos minoritários, tanto culturais quanto linguísticos. O projeto de Estado-nação frequentemente envolveu a exclusão ou assimilação de identidades consideradas "fora da norma". Segundo Heller e McElhinny (2017), para firmar e dar continuidade à ideia moderna de nação, tornou-se necessário construir histórias e práticas culturais ao longo do tempo em espaços delimitados. Para as autoras, a ideia de que as nações sejam associações naturais "também serve para apagar a sua construção e para legitimar as suas reivindicações: se são entidades orgânicas, não é possível contestar a sua existência" (Heller & McElhinny, 2017, p. 101).

A globalização e desafios contemporâneos: Heller e McElhinny (2017) também apontam como a globalização desafia a ideia tradicional de Estado-nação, ao introduzir novas formas de mobilidade, identidades transnacionais e políticas multilíngues que desestabilizam a noção de uma língua, um povo, um território. Segundo Heller e McElhinny (2017), o período de crescimento do nacionalismo é também de crescimento das burocracias estatais, administrações coloniais, organizações militares e da escolaridade obrigatória, além da junção do trabalho industrial e dos modos de produção tayloristas. Em meados do século XX, após as

guerras mundiais e os resultados trágicos de ideologias nacionalistas extremistas, a ciência, o estruturalismo e a linguagem como tecnologia tornaram-se o modo central de luta entre diferentes Estados-nação, impulsionados pela Guerra Fria. No chamado capitalismo tardio ou recente, a partir da década de 1970, o alcance em expansão do mercado, do Estado neoliberal e da globalização têm demandado um novo enquadramento para a concepção e sustentação do Estado-nação e das ideologias nacionalistas, influenciando nas políticas e nas economias no mundo todo.

Heller e McElhinny (2017) explicam, assim, como a língua está relacionada com as construções de estados nacionais e da globalização. Desse modo, as autoras assinalam como as ideologias linguísticas foram articuladas com homogeneidade linguística no território nacional, por um lado, e com demandas por multilinguismo, por outro.

Gal e Irvine (2019) propõem que as ideologias linguísticas funcionam como esquemas de interpretação que relacionam formas linguísticas a pessoas, grupos sociais e contextos históricos. Por isso, as afirmações sobre a linguagem nunca são apenas afirmações. Elas ainda afirmam que posições ideológicas são, muitas vezes, contraditórias e discutíveis, e têm consequências significativas no mundo real, já que os signos comunicativos de que as pessoas lançam mão estão a serviço de seus engajamentos em projetos sociais. As autoras centram-se nos modos pelos quais as concepções de linguagem e de comunicação dependem de diferenciações - entre signos, entre as posições sociais e os momentos históricos das pessoas, e entre os projetos que as pessoas empreendem em suas vidas.

Elas identificam três processos semiológicos centrais nesse fenômeno, o primeiro diz respeito à iconização, a qual ocorre quando traços linguísticos são percebidos como reflexos diretos de características sociais ou morais dos falantes. Por exemplo, um sotaque pode ser visto como indicador de inteligência ou rusticidade. Essas narrativas de iconização surgem para interpretar a qualidade como causa de fenômenos que são considerados semelhantes a ela. As semelhanças que a iconização conjectura podem ser, inclusive, um reconhecimento errado, ou podem consistir em escolher qualidades ocasionais e interpretá-las como necessárias, ou ainda enxergarem a qualidade com tanta frequência e em tantos lugares, o que confere muita importância (Gal & Irvine, 2019).

Já, o segundo processo, o da recursividade fractal (*fractal recursivity*), projeta oposições sociais em múltiplas escalas e níveis — como o sotaque acima mencionado

sendo reproduzido para outras comunidades, ou seja, é a comparação criada a partir do eixo de diferenciação que altera os conjuntos de objetos que são comparados, sob contraste. As qualidades nas quais os conjuntos de objetos contrastam são utilizadas novamente para diferenciar outros subconjuntos. Assim, eles são projetados em conjuntos mais abrangentes, reunindo os conjuntos originais em oposição a outra coisa. São essas oposições que criam e reproduzem identidades.

E, por fim, o apagamento envolvendo a simplificação ou eliminação de complexidades linguísticas e sociais, de modo a reforçar narrativas ideológicas dominantes. Grupos multilíngues, por exemplo, podem ser representados como se fossem homogêneos e monolíngues. Sendo assim, tudo o que é inconsistente com o esquema ideologizado torna-se invisibilizado. O apagamento é um modo de simplificar o trabalho ideológico. Como as ideologias são visões totalizantes, elementos que não podem ser vistos no esquema ideológico são ignorados ou transformados, deixando intacta a visão de mundo do observador (Gal & Irvine, 2019).

Esses processos revelam como a linguagem é carregada de significados sociais que muitas vezes não são explícitos, mas influenciam fortemente práticas institucionais, políticas linguísticas e percepções sobre o “valor” de certas línguas ou variedades.

Irvine & Gal (2000, p. 35) afirmam que as ideologias linguísticas são “ideias com as quais participantes e observadores estruturam sua compreensão de variedades linguísticas e mapeiam esses entendimentos em pessoas, eventos e atividades que são significativas para eles”. Nesse sentido, é perceptível como questões políticas, econômicas e sociais tornam-se centrais para compreender as dinâmicas sociais historicamente situadas.

Relacionado a isso, as autoras afirmam que a ação social exige uma base semiótica. Isso quer dizer que as instruções para o mundo se apoiam em signos e em suas múltiplas capacidades de representar aspectos das nossas vidas e não apenas rotulando-as. As instruções para o mundo são posicionadas, isto é, incorporam um ponto de vista, e são organizadas em regimes de valor. As autoras chamam essas organizações semióticas de ideologias “porque são enquadramentos locais e historicamente específicos, impregnados dos interesses políticos e morais das posições sociais e dos projetos em que estão inseridas” (Gal & Irvine, 2019, p. 2). Para elas, o conceito de ideologia tem ligação com o poder, a política, os interesses e a ação social, e implica a ideia de que sempre há uma alternativa que outra pessoa,

numa posição diferente, possa defender (Gal & Irvine, 2019). Ou seja, as ideologias são posicionadas e discutíveis.

3.2 LÍNGUAS MINORIZADAS

Como assinalaram Heller e McElhinny (2017), citadas anteriormente, as ideologias de linguagem nacionalistas buscam promover sentimento de unidade e solidariedade, estendendo-se também à linguagem, onde todos os cidadãos do Estado-nação devem compartilhar o mesmo sentimento de unidade. Arelada a essa ideia, temos a ideologia de padronização, sendo que dessa ideologia resultam as normas linguísticas a serem seguidas pelos cidadãos dos Estados-nação a fim de unificá-los e padronizá-los. As variações linguísticas que não atendem às normas do Estado são apagadas ou estigmatizadas. Além disso, temos a ideologia do monolinguismo, segundo a qual uma nação é falante de apenas uma língua, que representaria essa nação e garantiria a unidade do povo. Como resultado dessa ideologia, falantes das chamadas línguas minorizadas fizeram e ainda fazem parte dos grupos cujos repertórios são apagados ou estigmatizados. Associam-se, assim, as ideologias da padronização e do monolinguismo.

As línguas minorizadas – como as línguas de migrantes no Brasil – frequentemente são tratadas como línguas ameaçadas, correndo o risco de não serem mais usadas em função do poder da língua hegemônica nacional. Heller e Duchêne (2007) partem do princípio de que os discursos sobre línguas ameaçadas não apenas descrevem uma realidade objetiva, mas também produzem significados e orientações de valor sobre o que deve ser preservado, como e por quê. Os autores (Heller & Duchêne, 2007, p. 1) argumentam que “discursos de perigo não refletem apenas descrições neutras da diversidade linguística, mas são construções ideológicas que refletem interesses particulares e relações de poder”.

Em seu trabalho, Heller e Duchêne (2007) mostram como os discursos de línguas ameaçadas não são simplesmente sobre desigualdade, visto que são usados tanto em casos em que as línguas são construídas por meio de um Estado centralizado poderoso, quanto podem ser usadas em locais em que é possível reivindicar um grande número de falantes, e também em locais onde há muito poucos.

Para Heller e Duchêne (2007), as ideologias de linguagem de línguas ameaçadas fazem parte de discursos da universalização e da igualdade, ao mesmo tempo em que assumem muitas características das teorias da língua e da cultura,

como o essencialismo, o organicismo e a homogeneidade, que contribuem para a construção da desigualdade baseada na diferença. Os autores propõem a reflexão de que o discurso de línguas ameaçadas se preocupa fundamentalmente em manter uma identidade coletiva, baseada em ideologias nacionalistas desenvolvidas na modernidade. Segundo eles, “promover o interesse coletivo sob condições que tornem a concorrência mais saliente e mais disponível, leva-nos a repensar as razões pelas quais nos apegamos às ideias sobre linguagem e identidade que emergiram da modernidade” (Heller & Duchêne, 2007, p. 11). Os autores afirmam que, ao invés de acatar que devemos salvar as línguas, deve-se investigar e compreender quem se beneficia disso e quem perde, e as maneiras pelas quais as línguas servem como terreno para a competição. Um dos aspectos que precisamos levar em consideração quando questionamos os discursos sobre as línguas ameaçadas é a relação entre linguagem e raça.

Para compreendermos melhor sobre línguas ameaçadas, recorreremos ao trabalho de Moro (2024) novamente, o qual problematiza a noção de “língua ameaçada” ao evidenciar que essa categoria não é neutra, mas atravessada por relações de poder e interesses políticos. Segundo a autora, o que se compreende como língua em risco ou ameaçada é frequentemente resultado de um olhar construído pelo grupo dominante sobre os demais, de modo que o discurso sobre ameaça linguística pode servir mais à legitimação de identidades e interesses hegemônicos do que, de fato, à garantia de condições de uso da língua por seus falantes cotidianos.

Nesse sentido, Moro (2024) argumenta que a ideia de ameaça linguística parte de uma perspectiva “de cima”, geralmente formulada por atores sociais que não se encontram, eles próprios, em situação de ameaça. Trata-se, portanto, de uma construção ideológica que atribui ao idioma um valor simbólico e político que não corresponde diretamente ao seu uso efetivo entre os falantes. Assim, ainda que uma língua seja categorizada como “ameaçada”, os sujeitos que efetivamente a utilizam no cotidiano — muitas vezes idosos, moradores do interior ou de comunidades periféricas — não são os mesmos que ocupam posições de poder na definição das políticas linguísticas.

Esse deslocamento teórico permite compreender de forma crítica o processo de cooficialização da língua polonesa em São Mateus do Sul. O discurso da preservação de uma “língua ameaçada” aparece como justificativa simbólica para a

cooficialização, mas, em termos práticos, não são os falantes idosos da colônia que participam da formulação e tampouco se beneficiam diretamente dessa política. O que se observa, ao contrário, é a atuação de um grupo social específico — formado majoritariamente por sujeitos brancos, de classe média e alta — que mobiliza a oficialização da língua como forma de fortalecimento de uma identidade branca europeia no município.

A partir dessa perspectiva, é possível afirmar que a cooficialização do polonês não se dirige, em primeiro lugar, à preservação da língua como prática viva, mas sim à sua mercantilização, a venda da língua como um produto. Trata-se de um processo que converte a língua em recurso simbólico e econômico, acionado em eventos, celebrações, campanhas turísticas e estratégias políticas locais. Nesse processo, o discurso da “língua ameaçada” cumpre uma função ideológica: legitima o investimento de recursos públicos em iniciativas que, ao fim, reforçam a branquitude e a centralidade do grupo dominante, ao mesmo tempo em que invisibilizam os falantes reais, localizados nas colônias e a maioria de idade, cuja prática linguística permanece à margem.

Em diálogo com Bakhtin (2003), pode-se dizer que a cooficialização atualiza sentidos da língua polonesa que não emergem do cotidiano dos falantes, mas de enunciadorees situados em outras esferas de poder que produzem enunciados sobre a língua para fins de legitimação simbólica. Nessa perspectiva, o polonês oficializado não é exatamente o polonês falado pelos idosos, mas um signo ressignificado no espaço público para atender a interesses hegemônicos.

Portanto, ao aproximar o trabalho de Moro (2024) ao caso de São Mateus do Sul, evidencia-se que a categoria de “língua ameaçada” funciona como dispositivo ideológico que mascara as relações de poder implicadas no processo de cooficialização. O que está em jogo não é a preservação da prática linguística das comunidades do interior, mas a afirmação de uma identidade branca polonesa que pode ser capitalizada política e economicamente. A “língua ameaçada”, nesse cenário, torna-se menos um objeto de proteção e mais uma estratégia de reprodução de privilégios.

Ao problematizar a categoria de “língua ameaçada”, observa-se que ela funciona como dispositivo ideológico que atende mais aos interesses de grupos dominantes do que às necessidades dos falantes reais. Essa constatação abre espaço para um debate mais amplo sobre como línguas e sujeitos são enquadrados

socialmente a partir de processos de racialização e de legitimação simbólica. Nesse sentido, torna-se necessário recorrer ao aporte teórico das ideologias raciolinguísticas (Flores; Rosa, 2015; 2017), que permitem compreender como determinadas línguas, a exemplo do polonês em São Mateus do Sul, são elevadas ao status de patrimônio cultural e transformadas em recurso econômico, enquanto outras permanecem marginalizadas. É nesse entrecruzamento entre língua, raça e poder que se inscreve a discussão do próximo capítulo, fundamental para evidenciar que a cooficialização do polonês opera não apenas como política linguística, mas também como estratégia de mercantilização e reafirmação da branquitude.

3.3 IDEOLOGIAS RACIOLINGUÍSTICAS

O termo *ideologias raciolinguísticas* refere-se ao conjunto de crenças, valores e percepções que articulam raça e linguagem, produzindo expectativas sobre como determinados grupos “devem” falar e julgando práticas linguísticas a partir de marcadores raciais. Trata-se de um conceito recente nos estudos da linguagem, que evidencia como hierarquias raciais influenciam avaliações linguísticas, legitimando certos modos de falar enquanto desqualificam outros, especialmente aqueles associados a corpos e identidades racializadas.

As ligações entre linguagem e raça têm sido objeto de crescentes estudos na Linguística Aplicada e nos estudos críticos da linguagem. Nelson Flores e Jonathan Rosa, em seus trabalhos de 2015 e 2017, introduzem o conceito de “ideologias raciolinguísticas” para descrever como percepções racializadas influenciam julgamentos sobre práticas linguísticas, muitas vezes perpetuando desigualdades sociais. De acordo com Rosa & Flores (2017), o campo da raciolinguística busca compreender a interação entre língua e raça na produção histórica do Estado-nação, e os modos pelos quais as distinções coloniais dentro e entre as fronteiras dos Estados-nação continuam a moldar as formações linguísticas e raciais contemporâneas.

Flores e Rosa (2015) argumentam que ideologias raciolinguísticas são sistemas de crenças que associam práticas linguísticas a categorias raciais, frequentemente desvalorizando as formas de fala de grupos racializados. Essas ideologias não se baseiam apenas nas características linguísticas objetivas, mas também nas percepções sociais sobre quem está falando. Assim, indivíduos de determinados grupos raciais podem ser percebidos como “deficientes

linguisticamente", independentemente de sua proficiência real na língua dominante, o que significa dizer que sujeitos falantes racializados são construídos como linguisticamente desviantes mesmo quando se engajam em práticas linguísticas ditas como normativas ou inovadoras se produzidas por sujeitos brancos privilegiados.

Flores e Rosa (2015) trazem um conceito central nesse campo, o do "sujeito ouvinte branco" ("*White perceiving subject*"), que representa a perspectiva normativa da branquitude de avaliação das práticas linguísticas. Esse sujeito ouvinte ouve a partir de padrões de linguagem ou de ideologias da linguagem, a partir dos quais faz julgamentos em termos de "apropriados" ou "inapropriados", frequentemente marginalizando as formas de fala associadas a grupos racializados. Essa normatização reforça hierarquias sociais e legitima a exclusão de vozes não alinhadas com a norma branca.

Segundo Rosa e Flores (2017, p. 629), as práticas de linguagem corroboram ideologias raciolinguísticas quando ocorre "à sobredeterminação de vários sinais não falados e não linguísticos associados a sujeitos racializados, incluindo práticas de letramento, características físicas, comportamento corporal e estilo de indumentária".

As ideologias raciolinguísticas têm profundas implicações no contexto educacional, de acordo com Rosa e Flores (2017). Os esforços para promover a diversidade linguística na educação não são vistos como inerentemente bons, mas como situados no âmbito de uma análise política e econômica mais ampla que procura compreender como esses esforços reforçam ou desafiam as desigualdades raciais e de classe. Como consequência dessas desigualdades raciais que são acentuadas pelo capitalismo global, surge a mercantilização da linguagem associada à promoção de programas educacionais que pode beneficiar mais os brancos do que as populações racializadas.

Os autores (2017) concluem defendendo a necessidade de desafiar as ideologias raciolinguísticas, promovendo uma compreensão mais inclusiva e crítica das práticas linguísticas. Isso envolve reconhecer e valorizar a diversidade linguística e cultural, questionar as normas e o colonialismo estabelecidos pela branquitude e criar espaços educacionais que problematizem nossos modos de ouvir, ou melhor, ideologias da linguagem que racializam certos grupos sociais. Ao fazê-lo, é possível avançar em direção a uma sociedade mais equitativa e justa.

O que nos interessa analisar aqui, é como a diferenciação étnico-racial é construída a partir de diferenças de cor de pele e dos recursos linguísticos,

identificada, indicando como pessoas brancas em contextos semelhantes ao investigado têm se beneficiado dos processos políticos e linguísticos atuais para se posicionarem privilegiadamente no topo da hierarquia social onde vivem.

3.4. POLÍTICAS E IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS

Esses dois tópicos estão na mesma seção, pois entendo que Ideologias e Políticas Linguísticas trabalham junto, se levarmos em conta que as ideologias podem favorecer o desenvolvimento de políticas ou, ao contrário, em determinadas situações, assim como as políticas linguísticas implicam e podem promover as ideologias.

Para Kroskrity (2004, p. 498), “as ideologias linguísticas são crenças, ou sentimentos sobre como as línguas são usadas em seus mundos sociais”. Além disso, Moita Lopes (2013, p. 21) complementa que “as ideologias linguísticas são múltiplas e advêm de perspectivas políticas, culturais e econômicas específicas”. Faraco (2008) afirma que as ideologias sobre a língua pura, de que esta língua idealizada é a que deve consolidar e ser ensinada e seguida, é entendida como uma construção discursiva, perpassada e atravessada ideologicamente pelos ideais puristas de um grupo elitista. Consequentemente, tem objetivos políticos específicos, dos quais se pode perceber a exclusão de sujeitos.

Kroskrity (2000) se baseia em quatro conceitos a respeito das ideologias linguísticas. A primeira, é que as ideologias da língua representam uma percepção sobre a língua e o discurso que é construído conforme os interesses de um grupo sociocultural específico. Segundo, as ideologias da língua são múltiplas, assim como são múltiplas as divisões sociais significativas e as perspectivas associadas a cada grupo. Terceiro, os membros de determinada sociedade possuem diferentes graus de consciência sobre as ideologias locais da língua. Por fim, as ideologias da língua são intermediárias entre as estruturas sociais e os tipos de fala, ou seja, elas indicam a ligação entre a multiplicidade de formas linguísticas e discursivas e as diversas experiências socioculturais. É a partir desses conceitos que pretendo discutir sobre os interesses relacionados à oficialização da língua polonesa em São Mateus do Sul.

A Tradyje Poskie¹⁰ e os eventos do mês polonês são eventos coletivos que celebram pertencimento a um grupo identitário - descendentes de imigrantes

¹⁰ Tradyje Polskie é um evento cultural realizado anualmente em São Mateus do Sul, Paraná, reconhecida como a Capital Paranaense da Cultura Polonesa. A celebração ocorre entre julho e agosto e homenageia as tradições dos imigrantes poloneses que colonizaram a região. A programação inclui atividades religiosas, apresentações folclóricas, festivais gastronômicos, bailes típicos e eventos

poloneses em contrapartida com a identidade brasileira- e procuram expressar e vender produtos pertencentes a essa identificação polonesa e a esse local. Em resumo, assim como no contexto analisado por Jung e Silva (2021), “a festa, envolve, portanto, práticas de linguagem que expressam significados simbólicos e econômicos”. (Jung & Silva, 2021, p. 370)

A língua, enquanto lugar de poder, não se configura apenas como um meio de comunicação, mas também como um campo de disputas simbólicas e políticas. Nesse sentido, a política linguística emerge como um mecanismo de controle e regulação das práticas discursivas, determinando quais vozes são legitimadas e quais são silenciadas. Louis-Jean Calvet (1999) introduz a ideia de 'ecologia das línguas', ao discutir a distribuição desigual dos idiomas no cenário global, evidenciando como determinadas línguas ocupam posições de prestígio, enquanto outras são marginalizadas. Essa hierarquização revela as línguas como instrumentos de poder, capazes de definir acessos e exclusões em contextos sociais diversos.

Heller e Duchêne (2012) concebem as políticas linguísticas como práticas sociais carregadas de ideologia e relações de poder. Para os autores, as escolhas linguísticas em espaços institucionais não são neutras, mas refletem e reproduzem estruturas de dominação. Nesse sentido, a seleção de uma língua oficial ou a imposição de um idioma em contextos educativos e administrativos determina quem possui o direito à fala e quem é silenciado, operando como um dispositivo de controle simbólico. Essa perspectiva revela que as políticas linguísticas não apenas regulam a comunicação, mas também legitimam certas formas de saber e excluem outras, reforçando desigualdades estruturais.

A junção entre as ideias de Calvet (1999) e Heller & Duchêne (2012) demonstra que as políticas linguísticas são movidas por ideologias que naturalizam a superioridade de certos idiomas sobre outros. Calvet, com o conceito de 'ecologia das línguas', demonstra como a distribuição desigual dos idiomas reflete relações de poder historicamente construídas, enquanto Heller e Duchêne enfatizam que essas relações são perpetuadas por meio de práticas sociais institucionalizadas. Dessa forma, a

esportivos, como a Corrida Polonesa e o festival Polskie Smaki, que destaca a culinária tradicional. O evento é organizado pela BRASPOL em parceria com a prefeitura e outras entidades locais, com o objetivo de preservar e divulgar a herança cultural polonesa.

língua se estabelece como um campo de poder, onde o acesso à fala e ao reconhecimento social depende da adequação aos códigos linguísticos dominantes.

As práticas sociais institucionalizadas, segundo Heller e Duchêne (2012), referem-se aos modos como as políticas linguísticas são implementadas e naturalizadas em contextos formais e estruturados, como escolas, tribunais, órgãos governamentais, e demais instituições sociais.

Essas práticas incluem a escolha de línguas oficiais, os critérios para ensino de línguas em escolas, as exigências de proficiência linguística para acesso a determinados cargos, entre outros. Elas são chamadas de "institucionalizadas" porque se tornam parte das regras e normas oficiais de funcionamento dessas instituições, adquirindo um caráter de "naturalidade" e legitimidade.

Para Heller e Duchêne, essas práticas não são neutras; elas reproduzem relações de poder, reforçando o prestígio de certas línguas e a marginalização de outras. Ao estabelecer um idioma dominante em contextos institucionais, ocorre a exclusão simbólica de falantes de outras línguas, configurando o que eles chamam de políticas de linguagem como práticas sociais que validam e perpetuam desigualdades estruturais.

De acordo com Calvet (1999), a política linguística pode ser interpretada como um ato de gestão ecológica, onde o poder estatal e as instituições definem quais línguas serão preservadas e fortalecidas, e quais serão marginalizadas. Assim, decisões políticas influenciam diretamente a ecologia das línguas, determinando quais sobrevivem e quais desaparecem. Sendo assim, as políticas linguísticas podem atuar como instrumentos de preservação de línguas em risco de extinção, promovendo a revitalização de idiomas marginalizados e equilibrando o ecossistema linguístico.

A ecologia linguística, uma vez que trata das relações de poder e das hierarquias linguísticas, pode ser relacionada à noção de mercantilização das línguas, que se refere ao valor (capital) associado às línguas no mercado linguístico.

3.5 MERCANTILIZAÇÃO DA LINGUAGEM

Com o surgimento de meios que relacionam a linguagem e a cultura em conexão com termos econômicos, ocorre um deslocamento da linguagem das relações identitárias entre sujeito e língua para, então, incorporar relações econômicas entre sujeito e linguagem. Isso não significa que não se mobilizem aspectos identitários nas relações que os falantes estabelecem entre as línguas. O

que se assinala com o aspecto econômico é que mesmo as identidades podem ser recobertas de valor econômico, mercadológico. Esse é um dos eixos que pretendo discutir a seguir: a língua polonesa sendo oficializada com um intuito econômico. Em decorrência do capitalismo, a linguagem passa a ser considerada como recurso comercial/valor comercial agregado.

Para discutir sobre esse tema, recorro a Heller (2011). De acordo com a autora, a Linguística Aplicada em conjunto com a preocupação com justiça social, examina e explica como as dinâmicas de inclusão e exclusão funcionam em contextos e momentos específicos, identificando recursos linguísticos em circulação, em disputa, e sua valoração, revelando as consequências desses processos, em termos de quem controla o acesso a recursos, quem lhes atribui valores, quem se beneficia ou sofre com essas dinâmicas.

A mercantilização da linguagem pode ser compreendida a partir de dois processos centrais. O primeiro diz respeito à transformação da língua em um recurso econômico, isto é, um capital que pode ser mobilizado e explorado em diferentes mercados, seja no turismo, no setor de serviços ou nas dinâmicas de trabalho globalizadas. O segundo processo envolve a reconfiguração das ideologias linguísticas, que passam a atribuir novos valores às línguas e variedades, ressignificando-as de acordo com as demandas do mercado. Como afirmam Heller e Duchêne (2012, p. 3), “a linguagem é mobilizada não apenas como meio de comunicação, mas como um recurso em si, passível de ser apropriado e transformado em valor econômico”. Dessa forma, a mercantilização se articula tanto na materialidade do uso linguístico quanto nas formas de legitimação simbólica que sustentam esse uso.

Na oficialização da Língua Polonesa em São Mateus do Sul, juntamente com o recebimento do título de Capital Polonesa do Paraná e todas as manifestações da cultura polonesa – festas, celebrações religiosas, dança, culinária – ecoam a indexicalização da branquitude em atuação especificamente local e recente. Isso significa que tais práticas não apenas reforçam uma identidade étnica europeia positiva, mas também silenciam ou marginalizam outras presenças históricas na região, como a indígena (Kaingang) e a de grupos migrantes não brancos. A branquitude, nesse contexto, atua como uma posição de privilégio simbólico, que naturaliza a associação entre cultura legítima, patrimônio e europeidade, ao mesmo

tempo em que sustenta políticas de memória e de língua voltadas para o reforço de uma imagem homogênea da comunidade.

Além disso, é importante considerar que esse movimento não é apenas simbólico, mas também econômico e político. A legitimação da língua polonesa e da identidade branca associada a ela insere São Mateus do Sul em um circuito de valorização mercadológica da diversidade cultural, alinhado ao que Heller & Duchêne (2012) chamam de mercantilização da linguagem. Ou seja, ao oficializar o polonês e projetar a imagem da “Capital Polonesa”, a cidade se coloca no mapa turístico e cultural do estado, mobilizando sua identidade branca como recurso de valor. Isso reforça a branquitude como regime de visibilidade que converte o pertencimento europeu em capital social e econômico, ao passo que invisibiliza a heterogeneidade linguística e cultural que também compõem a história local.

A seguir, discutirei sobre as práticas linguísticas presentes nas festas tipicamente polonesas promovidas em São Mateus do Sul durante o mês de agosto, conhecido como o Mês Polonês. Durante esses eventos, são assumidos sentidos e identidades em confronto, como por exemplo, identidades locais (polonesas) em confronto com a identidade nacional (brasileira). Mas sobretudo, a promoção da festa como objeto turístico à venda, suscitando orgulho da identidade local.

Jung e Silva (2021) discutem a questão da mercantilização da linguagem, o orgulho e o lucro durante a festa alemã “*Deutsches Fest*”. Segundo elas, “(...) ocorreu uma reversão da vergonha de ser “colono alemão” para orgulho dessa identidade, um caminho certamente favorecido pelo contexto mais abrangente de valorização da linguagem no capitalismo global” (JUNG & SILVA, 2021, p. 365). Além disso, a língua, e agora, o orgulho de pertencer aquele lugar são resultantes da festa que promoveu práticas nas quais recursos de linguagem e cultura tornaram-se índices da autenticidade identitária e promoveram um mercado turístico local.

No que diz respeito à mercantilização da linguagem, termo utilizado por Heller (2010), a linguagem é entendida como parte de um conjunto composto por atividades sociais e econômicas que tem por objetivo utilizar dos recursos linguísticos para atingir propósitos específicos em situações específicas. A língua foi o elemento fundamental na formação das nações modernas por meio das línguas oficiais e da educação. Heller e Duchêne (2016, p. 141) discutem que a mercantilização da linguagem diz respeito à “extensão e intensificação do capitalismo, [que] levaram à incorporação dos produtos semióticos do nacionalismo (entre eles a ‘linguagem’) a processos de

mercantilização.” Nas últimas décadas, com o avanço do setor terciário da economia (prestação de serviços e comércio de bens), a mercantilização da linguagem tem encontrado terreno fértil, dado que esse setor enfatiza “o valor do intangível (conhecimento, cultura e serviços)”.

Heller e Duchêne (2016) afirmam ainda que a linguagem tem valor, pois está atrelada a como todos os tipos de recursos são produzidos, circulam e são consumidos, e com o capitalismo tardio, as ideologias linguísticas, juntamente com as relações de poder, fazem parte de discursos de valor simbólico agregado, recursos semióticos - bandeiras, traje típico, personagens icônicos- produzidos pelo nacionalismo, frutos do capitalismo, sendo estes, expostos no mercado econômico, agregando valor a produtos ou mobilizados como produtos.

Entender a linguagem como mercadoria significa reconhecer seus desdobramentos em termos de exclusão e desigualdade. A língua, nesse cenário, é um espaço de disputa econômica, regulada por interesses mercadológicos e moldada por forças globais. Para Heller e Duchêne (2016, p.30), “a mercantilização da linguagem revela não apenas a dinâmica econômica contemporânea, mas também os mecanismos de controle e poder que permeiam as relações sociais mediadas pela linguagem”. Na questão do turismo, a Lei Municipal que analiso aqui, propõe o seguinte “V- F- Através da língua polonesa, caracterizar a identidade da comunidade de modo a potencializar um produto turístico” (São Mateus do Sul, 2021).

Nesse contexto, a língua polonesa passa a ser empregada como uma mercadoria em termos de produção, distribuição e consumo quando comparada a outras línguas que se posicionam dentro do mercado linguístico local, que envolve também a língua portuguesa e, em menor expressão, a língua alemã.

Segundo Heller e Duchêne (2016), a linguagem se torna uma mercadoria quando é identificada, regulada e vendida como um recurso que pode ser usado para produzir valor. No caso de São Mateus do Sul, a oficialização da língua polonesa pode ser vista como uma estratégia para valorizar a identidade cultural local e promover o turismo, transformando a língua em um ativo econômico.

Em São Mateus do Sul, o mês de agosto foi o escolhido para celebrar as festas de cunho polonês, pois é no dia 26 de agosto que se comemora o dia da padroeira da Polônia, Nossa Senhora de Czestochowa. Essa festa é comemorada na comunidade da Água Branca, localizada a 14km da cidade, sempre no final do mês de agosto. Essa festa recebeu o nome de “*Tradycje Polski*”. Além da “*Tradycje*

Polskie”, o mês de agosto conta com outras festividades, como carreata, baile e escolha da rainha, festa da boa colheita na igreja Nossa Senhora de Czestochowa, na vila Nepomuceno, missa, jantar, palestras e o *Polskie Smaki* (Sabores Poloneses).

A forte identificação de São Mateus do Sul com elementos da cultura polonesa — presentes em práticas comunitárias, manifestações culturais e na memória social — resultou na criação da Lei Estadual nº 20.655, de 28 de julho de 2021, que concede ao município o título de Capital Polonesa Paranaense e inclui, no calendário oficial de eventos do Paraná, a festa “*Tradycje Polskie*”.

Esta festa, que passa a integrar o calendário de festividades do Estado, a ser realizada anualmente no último sábado do mês de agosto, já contava com 30 edições até o ano de 2024. A festa é promovida como atrativo turístico, cujo objetivo é a preservação da cultura polonesa e a venda de produtos de “tradição polonesa”, reúne grande número de pessoas de toda região, que prestigiam o mês polonês. É possível notar a prática de uso da língua polonesa escrita em alguns locais e situações, como por exemplo, durante o Mês Polonês, nos cardápios dos jantares e festas.

Figura 2 - Cardápio do Jantar Típico Polonês



Fonte: Página do Facebook da Braspol, 2025. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=1137250801775091&set=pcb.1137250851775086>. Acesso em: 28 set. 2025.

O panfleto divulga o cardápio do jantar típico polonês realizado durante o Mês Polonês. Nele é possível observar a prática da linguagem, a escrita em polonês refere-se às comidas típicas polonesas e, logo em seguida, sua tradução para a língua portuguesa.

A utilização da língua polonesa para se referir ao nome do evento e às comidas presentes é feita como um recurso para trazer mais autenticidade ao evento polonês. Além disso, podemos perceber a cor da bandeira polonesa (vermelho), como também as flores, que fazem parte da paisagem local da Polônia.

Figura 3 - Desfile de abertura do mês polonês



Fonte: Página do Facebook da Braspol, 2025. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=920031370163703&set=pcb.920032630163577>. Acesso em: 28 set. 2025.

A imagem acima foi tirada durante o desfile de abertura do mês polonês, o qual tem por objetivo atrair as pessoas para a festa. Durante essa passagem, há a presença da língua polonesa escrita, expressando, “amantes da leitura parabenizam os poloneses”.

Novamente, temos a língua polonesa traduzida para a língua portuguesa, devido ao projeto de mercantilização que tem como objetivo dar autenticidade ao evento.

Figura 4 - Desfile - trajes típicos



Fonte: Página do Facebook da Braspol, 2025. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=920029346830572&set=pcb.920032630163577>. Acesso em: 28 set. 2025.

As práticas de linguagem estão presentes também nos trajes típicos poloneses que eram característicos de determinada região da Polônia quando da imigração para o Brasil, por exemplo, em algumas regiões montanhosas, o sapato utilizado é a bota, já em outra é a sapatilha, justamente pela questão geográfica. Há a presença de bordados e flores nas vestimentas retratando determinada região da Polônia, ou seja, há uma variedade de vestimentas, cores, tipos de bordados e flores.

No entanto, a importância desse elemento não reside apenas na continuidade do uso cotidiano desses trajes na Polônia contemporânea, mas sobretudo no modo como eles são mobilizados pelas comunidades imigrantes como marcas de pertencimento e de distinção cultural. Esse movimento se articula à noção de imaginação da nação (Anderson, 2008), pois ao resgatar e performar tais trajes, mesmo que já não sejam comuns na Polônia, os descendentes constroem uma ideia compartilhada de identidade nacional, baseada em símbolos que remetem a uma memória coletiva e a uma representação afetiva do “ser polonês”.

Nesse sentido, o traje típico funciona como signo que conecta os sujeitos a uma tradição imaginada, realizada no Brasil como parte do processo de preservação e reinvenção cultural. Ao mesmo tempo, em diálogo com a perspectiva bakhtiniana, é possível compreender tais trajes como enunciados sociais, atravessados por vozes históricas que se reconfiguram a cada nova atualização. A repetição do bordado, da cor ou do modelo de sapato não é apenas estética: é uma atualização de sentidos que

circulam na memória discursiva, instaurando um diálogo entre passado e presente, entre Polônia e Brasil, entre o vivido e o imaginado.

Um dos mais claros indícios da importância desses eventos polônicos para a cidade foi o reconhecimento de São Mateus do Sul como Capital Polonesa do Paraná e a inserção da “*Tradycje Polskie*” no calendário oficial do Paraná, por meio da Lei Estadual nº20.655/2021, evidenciando a utilização da língua e cultura polonesas como atrativos turísticos e elementos de marketing. Essa valorização da autenticidade cultural se alinha ao que Heller e Duchêne (2016) descrevem como a exploração da autenticidade linguística como valor agregado, em que expressões regionais e estilos de fala são transformados em marcas identitárias vendidas como elementos distintivos.

3.6. LÍNGUA COMO LUGAR DE PODER

A língua não é um meio de comunicação neutro e transparente. Ao contrário, é um campo de disputas simbólicas, ou seja, um lugar em que se instituem e se disputam poderes. A linguagem estrutura, e também é estruturada por relações sociais, culturais e históricas, sendo, portanto, um terreno fértil para a reprodução ou a alteração de hierarquias. Esta seção tem como objetivo refletir sobre a língua como espaço de poder por meio das contribuições teóricas de Gabriel Nascimento (2019), em diálogo com a filosofia da linguagem de Mikhail Bakhtin (1979, 1992), especialmente no que se refere ao caráter dialógico e ideológico da linguagem.

Para Nascimento (2019, p. 11), “[...] o estado brasileiro sempre promoveu políticas linguísticas, porém (...) elas foram e são excludentes quando se trata de quem não é branco no país”. Além disso, na visão dos pós-estruturalistas, o papel do sujeito é desconsiderado, pois ignora que o sujeito está agindo pela língua e nisso se constituindo e reproduzindo e ou resistindo às estruturas de poder e construtos históricos coloniais.

Nas reflexões de Nascimento, o racismo está nas estruturas das coisas, sendo que a língua é uma posição nessa estrutura; o autor (2019, p. 14) entende que “o racismo é produzido nas condições históricas, econômicas, culturais e políticas, e nela se firma, mas é a partir da língua que ele materializa suas formas de dominação”. Sendo assim, “se a língua foi criada pelo sujeito ao classificar o mundo, ela também cria o sujeito que, ao enunciar o mundo, se enuncia”.

Volochinov (1979, p.95) explica que a “palavra” sempre se dá em contextos de enunciações específicos, logo, em um contexto ideológico preciso e, em decorrência disso, a palavra sempre estará “carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial”, pois “não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis”. Além disso, a língua que reflete e refrata a realidade, pois é utilizada na forma de enunciados, sendo assim, a língua é sempre produzida por alguém, sendo um corpo que fala de um lugar social. Embora o autor russo não assinale esse aspecto, precisamos destacar que esse corpo tem gênero, raça, sexualidade e classe.

Bakhtin afirmava que a linguagem não poderia ser vista apenas como um objeto de estudo, mas sim como uma realidade definidora da própria condição humana. Além disso, a linguagem é uma prática social cotidiana que engloba a experiência da ligação entre os sujeitos. “A língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam” (Volochinov, 1979, p. 282). Ao veicular as concepções de mundo, a linguagem converte-se em um lugar de confrontos ideológicos, pois “viver significa ocupar uma posição de valores em cada um dos aspectos da vida” (Volochinov, 1979, p. 201).

Em Bakhtin (1992) encontramos que a linguagem se apresenta como uma reação-resposta em uma determinada interação e apresenta as relações dos locutores com os enunciados do outro. Sendo assim, considera-se o outro não apenas como o interlocutor imediato, mas o outro se cria a partir de discursos variados (passados, atuais, presumidos).

Com isso, temos o signo bakhtiniano, o qual é enunciado como uma atitude responsiva ativa a outro enunciator/enunciado e, para que seja compreendido, exige uma atitude dialógica responsiva. Desse modo, entendemos que os signos carregam visões de mundo de quem os enuncia, mas também de quem criou esse signo (Gal & Irvine, 2019), considerando as posições sociais, históricas, culturais e políticas de seus enunciatadores. De igual modo, no signo, os enunciatadores procuram antecipar as respostas e visões de mundo de seus interlocutores, que podem ser coincidentes, próximas ou contraditórias com as suas. É nessa relação do enunciator com seus interlocutores que observamos as tensões que os signos podem carregar. Dessa forma, é essencial a perspectiva de alteridade – o outro interlocutor para quem o enunciator se volta e com quem negocia os sentidos dos signos.

O conceito de alteridade presente no pensamento de Bakhtin (1992) se mostra importante para essa discussão já que tratamos da questão da identidade. Para o autor, é através da alteridade que construímos ao longo da vida, nossas posições sociais são constituídas e são múltiplas, pois se estabelecem na relação entre eu e o outro; posto isso, nossa individualidade só tem existência na relação de alteridade. Nessa interação social, o sujeito se constitui e é constituído, inevitavelmente. Além disso, a relação com o outro nos altera, nos modifica e deixa-nos diferentes do que éramos antes dessa interação, a partir do diálogo de pontos de vistas, criamos nossas identidades.

Além disso, Bakhtin (1992) traz o conceito das forças centrípetas e centrífugas no contexto de uso linguísticos realizado pelos sujeitos, ou seja, essas forças estratificadoras sociais tendem a centralizar e descentralizar. No caso das forças centrípetas, a tendência é a manutenção das estruturas sociais dominantes, que promovem não apenas o estabelecimento da “língua única”, como também conduzem à avaliação e valoração das demais línguas sociais. E nesse sentido, os valores que cada grupo atribui às suas línguas sociais e aos usos estão em debate.

No contexto dessa pesquisa, que observa a recente cooficialização da língua polonesa em São Mateus do Sul, observamos a atuação dessas forças: por um lado, essa política pode ser vista como uma força centrífuga em relação à ideologia do monolinguismo, que impera no Brasil. Por outro lado, pode ser vista como uma força centrípeta na manutenção da supremacia branca, pois assume a língua polonesa como a língua representante dos habitantes do município. Se considerarmos que a chegada dos migrantes poloneses fez parte da política de branqueamento da região, observamos que essa língua representa o grupo branco e ressalta sua hegemonia sobre os demais grupos étnico-raciais. A língua polonesa é imposta para manter as estruturas sociais dominantes, estando em disputa com os valores que os outros grupos étnicos atribuem às suas línguas sociais.

De acordo com Bakhtin (1992), a linguagem se constitui num espaço de tensão entre diferentes vozes sociais, num movimento dialógico que é indissociável das forças interdependentes: as forças centrípetas e centrífugas. De um lado, temos a força da centralização verbo-ideológica e da união, e do outro lado, a força de descentralização e desunificação. Enquanto a força centrípeta se dedica em garantir a unidade e resistir às divergências, as forças centrífugas dedicam-se em permanecer com a variedade e diferença.

Posto isso, a cooficialização da língua polonesa no município de São Mateus do Sul - PR opera como essa força de centralização e apagamento das outras vozes sociais (força centrípeta), uma vez que perpetua a dominação da branquitude, a partir do momento que desconsidera as outras vozes sociais. Nesse sentido, a Lei Municipal nº 3.043 está repleta de intenções, de valores, saturada de conteúdo ideológico de um grupo social e de uma época.

Piza (2000, p. 118-119 apud Bento, 2002, p. 51) cita “ser branco é viver sem se notar racialmente numa estranha neutralidade”, sendo que a aprovação dessa Lei Municipal desconsidera as outras vozes sociais, tanto que durante pesquisas para tentar levantar dados sobre o número de falantes da língua polonesa, obtive respostas de que não havia sido feito uma pesquisa para delimitar a importância dessa lei para a população, nem mesmo os descendentes de poloneses foram ouvidos para que essa lei pudesse ser implementada, apenas uma justificativa foi apresentada por um dos agentes políticos envolvidos na elaboração da lei. Observa-se, desse modo, que o aspecto central nesse embate sobre as línguas está no caráter econômico, na construção de uma identidade polonesa para o município, que se volta para a comercialização dessa identidade polonesa – que inclui a língua – no mercado do turismo. Assim, não é por acaso que a cooficialização da língua polonesa está relacionada com a construção do município como Capital Polonesa no Brasil, com suas festas e o comércio a ela relacionado. No capítulo 5, exploraremos esse aspecto da economia linguística dentro da economia de capitais relacionados com o turismo na localidade.

CAPITULO 4 - METODOLOGIA

Como já citei, esta pesquisa passou por drásticas mudanças desde meu ingresso no mestrado. Inicialmente eu tinha por objetivo percorrer caminhos para propor uma lei em favorecimento aos membros da comunidade polonesa, tornou-se uma pesquisa com um olhar para a branquitude nas questões da linguagem. Falo como uma jovem mulher branca, fazendo parte da maioria branca em minha cidade. Estou saindo da minha bolha, do meu lugar de conforto, e caminhando para o “incerto”, questionável e desafiador, como me disseram outrora, “mexendo num vespeiro”.

Sigo, então, explanando sobre a metodologia e os procedimentos utilizados para a geração de dados. Esta pesquisa foi feita, utilizando como instrumento principal a realização de entrevistas semiestruturadas, gravadas em áudio, logo após a aprovação do projeto submetido à Plataforma Brasil e ao Comitê de Ética da UEPG¹¹.

A entrevista na pesquisa qualitativa ao ouvir os atores sociais, de acordo com Fraser e Gondim (2004, p. 140) “permite atingir um nível de compreensão da realidade humana que se torna acessível por meio de discursos, sendo apropriada para investigações cujo objetivo é conhecer como as pessoas percebem o mundo”, ou seja, permite ao interlocutor falar o que está disponível em sua mente no momento da entrevista.

A entrevista semiestruturada permite ao pesquisador a inserção de novos temas, pois “à medida que o entrevistado vai expressando suas opiniões e significados, novos aspectos sobre o tema vão emergindo e o entrevistador pode redefinir seu roteiro para obter informações que permitam ampliar sua compreensão do tema” (Fraser; Gondim, 2004, p. 144). Para além de conhecer as opiniões dos entrevistados sobre o tema da pesquisa, a abordagem qualitativa, busca “(...) entender as motivações, os significados e os valores que sustentam as opiniões e as visões de mundo”. Em outras palavras é ouvir o outro e compreender de que perspectiva ele fala (Fraser; Gondim, 2004, p. 146).

Logo após descobrir em conversa com a prefeita da cidade de São Mateus do Sul, em 2023, que a Lei que eu pensava em propor já existia, fui atrás dos dados raciais do município e, então, novos objetivos se estabeleceram. Após diversas conversas com a orientadora, elencamos alguns pontos para eu seguir e realizar as entrevistas. Nosso ponto-chave foi determinar quem seriam os entrevistados:

¹¹ Número do Parecer:7.345.923

- a) Agentes políticos que participaram da votação do Projeto de Lei nº 045/2021, cujos dados estão disponíveis no site da Câmara Municipal;
- b) Agentes institucionais envolvidos nos processos de formulação e implementação da lei, incluindo representantes de entidades associativas, setores culturais, educacionais e demais órgãos vinculados à gestão pública e comunitária;
- c) Agentes comerciais, com o objetivo de analisar se a lei produz impactos econômicos no município, selecionando comerciantes de origens e perfis diversos;
- d) Agente histórico-cultural, responsável por contribuir com informações sobre a trajetória histórica, cultural e econômica do município;
- e) Agente político estadual, atuante na elaboração da lei que concede o título de Capital Polonesa do Paraná ao município;
- f) Agente educacional, integrante da rede municipal de ensino, para discutir as possibilidades e limitações da implementação do ensino de língua polonesa nas escolas.

Fraser e Gondim (2004, p. 147) afirma que quando se trata de pesquisas qualitativas “o critério mais importante a ser considerado neste processo de escolha não é numérico, já que a finalidade não é apenas quantificar opiniões e sim explorar e compreender os diferentes pontos de vista que se encontram demarcados em um contexto”. Ao total, foram 14 entrevistados. Convém assinalar que alguns agentes políticos e educacionais não responderam ao convite ou se recusaram a participar. As pessoas que aceitaram ser entrevistadas nos ajudam a atingir diferentes esferas sociais – política, comércio e educação.

Após decididos os perfis dos entrevistados, foquei em entrar em contato e montar as perguntas para direcionamento da entrevista. O primeiro contato foi feito através do aplicativo de mensagem WhatsApp. Na mensagem inicial, me apresentei como mestranda e apresentei minha pesquisa e convidei-os para contribuir. Com a resposta positiva, combinei, com cada um, o melhor lugar e horário para entrevista, deixando claro que precisaria ser pessoalmente e que eu gravaria apenas o áudio da entrevista. O próximo passo foi a entrevista: me desloquei com meio próprio e com algumas perguntas norteadoras que foram feitas em conjunto com a orientadora, visto que havia alguns pontos-chaves para cada entrevistado.

No início do encontro com cada entrevistado, expliquei a pesquisa e pedi para assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- ver apêndice A- e pedi para assinalar de que forma gostaria que a colaboração fosse feita - anônima ou pública. Embora todas as pessoas entrevistadas tenham indicado a preferência pela identificação pública, optei, na versão final deste trabalho, por preservar o anonimato dos participantes, a fim de garantir sua proteção e evitar eventuais exposições ou constrangimentos futuros. Novamente, antes de iniciar a gravação, expliquei que iria iniciar a gravação do áudio e fazer algumas perguntas norteadoras, mas o entrevistado podia ficar à vontade para falar quanto quisesse ou não responder. Ao final de todas as entrevistas, fiquei à disposição, caso o entrevistado mudasse de ideia sobre a sua participação.

Logo após, utilizei o aplicativo Transkriptor – um aplicativo pago que transcreve áudio em texto-, tendo em vista que “a transcrição é um processo seletivo, que busca salientar certos aspectos da interação, de acordo com metas investigativas específicas”. (Garcez et al., 2014, p. 266) Para fazer as transcrições dos áudios das entrevistas, não foquei em destacar momentos de silêncio, pausas e entonações. Conforme apontam Garcez et al. (2014), devido à extensão dos eventos interacionais, é raro que a transcrição minuciosa dos registros seja feita por completo (Garcez et al., 2014, p. 265).

Contudo, o uso da ortografia ajuda na leitura do público amplo e torna as falas “normais”, sem aspectos desviantes que as tornem potenciais focos de investimento interacional. Como o foco dessa pesquisa não é a questão da diversidade linguística dos participantes, a transcrição foi feita seguindo a ortografia, o “tá” foi transcrito como “está”, por exemplo.

4.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

A fim de garantir a integridade ética da pesquisa e proteger os sujeitos envolvidos, optou-se pela preservação da identidade dos entrevistados, substituindo seus nomes por denominações fictícias e adotando categorias amplas para suas funções, como o uso de “agente” para identificar diferentes cargos. Essa escolha se justifica tanto pela natureza sensível das discussões apresentadas quanto pela necessidade de evitar qualquer possibilidade de reconhecimento dos participantes, especialmente em contextos profissionais e políticos. Garcez et al. (2014) destacam que a ética na pesquisa demanda rigor na proteção das informações pessoais e na

prevenção de exposições que possam gerar constrangimentos ou riscos aos colaboradores. De modo semelhante, Fraser e Gondim (2004) enfatizam que salvaguardar a confidencialidade é um princípio central em investigações qualitativas, garantindo que as vozes dos participantes sejam consideradas sem comprometer sua segurança e autonomia. Assim, a adoção de nomes fictícios e a generalização dos cargos reforçam o compromisso ético deste trabalho com a preservação dos sujeitos e a responsabilidade metodológica.

Quadro 6 – Perfil dos entrevistados

AGENTES POLÍTICOS	
1.	José – agente político – pessoa branca.
2.	Lucas – agente político – pessoa branca.
3.	Felipe – agente político – pessoa branca.
4.	Matheus – agente político – pessoa branca.
AGENTES DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO	
1.	Leonardo – agente de serviços do município – pessoa branca.
2.	Debora – agente de serviços do município – pessoa branca.
3.	Joana – agente de serviços do município – pessoa branca.
4.	Patricia – agente institucional – pessoa branca.
5.	Francisco – agente institucional – pessoa branca.
COMERCIANTES	
1.	Helena – comerciante – pessoa branca.
2.	Israel - comerciante – pessoa branca.
3.	Gabriela - comerciante – pessoa branca.
AGENTES EDUCACIONAIS	
1.	Fabiola – agente educacional e agente de serviços do município – pessoa branca.
2.	Simone – agente educacional – pessoa branca.

Fonte: Autoria própria (2025).

4.2 PERGUNTAS NORTEADORAS

Segundo Heller et al. (2018, p. 31), questões de pesquisa que são consideradas produtivas precisam economizar tempo durante a investigação e, portanto, vale a pena gastar tempo durante seu processo de formulação. Isso quer dizer que as escolhas que fizemos em relação às nossas perguntas de pesquisa nos

ajudam na comunicação dos resultados e eventualmente agilizam o processo de produção de conhecimento:

- a) Conte-me sobre você - Quem é você? Qual a sua trajetória e da sua família?
- b) O que vocêalaria sobre a situação linguística em São Mateus do Sul para uma pessoa que não é da cidade? Quais línguas se falam aqui - se referindo a cidade-? Essa(s) língua(as) são faladas por quem? E onde?
- c) O que significa falar essa(s) língua(s)?
- d) Você tem conhecimento da Lei Municipal nº3.043/2021 que oficializa a língua polonesa em São Mateus do Sul? Qual a importância dessa lei? Como ela afeta a população?
- e) Você tem conhecimento de alguma lei ou iniciativa pública que incentive outros grupos étnicos na nossa cidade?
- f) Quando for executada essa lei, a quem ela beneficiará?
- g) O que pode ser feito para que essa lei seja executada? A quem se deve essa responsabilidade?
- h) Como você se declara em termos raciais?

Ao iniciar a entrevista com a solicitação de que o participante “contasse um pouco sobre si”, buscou-se não apenas a geração de informações contextuais sobre sua trajetória, mas também a criação de um ambiente de confiança e acolhimento, favorecendo o estabelecimento de um vínculo dialógico entre pesquisadora e entrevistado/a. Essa estratégia metodológica, comumente utilizada em entrevistas semiestruturadas, possibilita ao sujeito narrar sua experiência em seus próprios termos, rompendo com a lógica de respostas prontas e fechadas. Além disso, a pergunta inicial funciona como uma abertura que legitima a voz do participante, reconhecendo-o como agente ativo na construção do conhecimento, em consonância com perspectivas qualitativas de pesquisa (Bakhtin, 2011; Minayo, 2012). Assim, valoriza-se a singularidade das histórias de vida e permite que elementos identitários e sociais emergentes no discurso sejam incorporados à análise.

Ao perguntar ao/à entrevistado/a sobre a situação linguística em São Mateus do Sul, buscou-se compreender não apenas quais línguas circulam no município, mas sobretudo como elas são percebidas, apropriadas e utilizadas em diferentes contextos sociais. Essa questão é relevante porque dá visibilidade às línguas e variedades presentes no território e possibilita identificar quem as fala e em quais espaços

(família, comunidade, igreja, escola, comércio, entre outros). Mais do que mapear a diversidade linguística, a pergunta permite compreender as ideologias linguísticas que atravessam as práticas cotidianas, revelando hierarquizações, resistências e negociações em torno do uso das línguas. Dessa forma, coloca em evidência a língua como marcador identitário e como espaço de disputa simbólica.

Logo em seguida, perguntei aos participantes acerca do conhecimento sobre a lei em questão, pois assim como eu, muitos deles relataram ter conhecimento somente após meu contato inicial, quando expliquei do que se tratava a pesquisa/entrevista. Essa pergunta é relevante porque permite identificar o grau de circulação e de efetiva apropriação social da lei de cooficialização da língua, evidenciando se sua existência ultrapassa os limites formais do legislativo e alcança a população. Ao mesmo tempo, a pergunta possibilita compreender se a medida, ao invés de representar uma demanda comunitária autêntica, assume um caráter simbólico e mercadológico, sendo utilizada como estratégia de valorização turística e de capitalização cultural da cidade. Dessa forma, a investigação sobre o conhecimento (ou desconhecimento) da lei entre os moradores torna-se fundamental para analisar a mercantilização da língua como política linguística que, embora revestida de discurso de preservação cultural, pode estar mais relacionada à produção de lucro e à construção de uma imagem comercial da cidade do que à efetiva promoção da diversidade linguística.

4.3 A ÉTICA EM PESQUISAS E AS VOZES DOS PARTICIPANTES

Apesar de a Resolução CNS nº 510/2016 permitir a identificação dos participantes em pesquisas das Ciências Humanas e Sociais mediante consentimento expresso, a presente pesquisa opta pela adoção de nomes fictícios e pela ocultação de qualquer informação que possa revelar a identidade dos entrevistados. Essa decisão foi tomada mesmo após todos terem sido informados, via TCLE, da possibilidade de terem seus nomes divulgados, pois se compreendeu que, diante da natureza sensível da discussão proposta, a preservação da identidade é fundamental para evitar riscos, constrangimentos ou eventuais repercussões profissionais e sociais. Tal escolha se alinha às orientações éticas de Garcez et al. (2014) e Fraser e Gondim (2004), que destacam a necessidade de proteger os sujeitos em pesquisas qualitativas, garantindo um ambiente seguro para que expressem suas experiências e posicionamentos. Além disso, a adoção de pseudônimos e categorias profissionais

generalizadas — como “agente educacional”, “agente político” ou “agente institucional” — não implica o apagamento da autoria enunciativa, pois, conforme Bakhtin (2011), o enunciado sempre conserva a marca social e histórica do lugar de fala do sujeito, ainda que seu nome civil não seja explicitado. Assim, preservar a identidade dos participantes configura-se não como um silenciamento, mas como um gesto ético e responsável, que permite manter a força discursiva das vozes presentes na pesquisa sem expor indevidamente aqueles que contribuíram para sua construção.

4.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados desta pesquisa foi realizada de forma qualitativa, orientada pela perspectiva dialógica de Bakhtin (2011), para quem “o enunciado é sempre resposta a outros enunciados, reais ou potenciais, dentro de uma dada esfera de comunicação” (Bakhtin, 2011, p. 297). Assim, cada entrevista foi compreendida como parte de uma rede discursiva atravessada por vozes sociais e ideológicas, não sendo tomada de forma isolada, mas em relação com o contexto mais amplo em que se insere.

Além disso, o processo de categorização e interpretação baseou-se na perspectiva de Fraser e Gondim (2004), para quem “a análise qualitativa requer compreender os significados que os sujeitos atribuem às suas práticas e representações” (Fraser; Gondim, 2004, p. 157). Tal perspectiva possibilitou identificar, nos discursos dos entrevistados, a presença de ideologias linguísticas e raciolinguísticas (Flores; Rosa, 2015; 2017), bem como os modos pelos quais a branquitude opera na construção da identidade cultural local.

Por fim, em diálogo com Garcez et al. (2014), a análise buscou compreender como os enunciados dos participantes revelam processos de legitimação e de apagamento no campo da política linguística, já que “o discurso não apenas reflete a realidade social, mas também a constitui” (Garcez et al., 2014, p. 24). Esse olhar possibilitou evidenciar tanto a percepção da língua polonesa como língua ameaçada — restrita sobretudo às gerações mais velhas — quanto os limites de sua implementação legal, marcada pela tensão entre preservação cultural, viabilidade educacional e exploração econômica via turismo.

CAPITULO 5 - POLÍTICAS E IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS NA COOFICIALIZAÇÃO DO POLONÊS EM SÃO MATEUS DO SUL

5.1 A MERCANTILIZAÇÃO DA LÍNGUA POLONESA EM SÃO MATEUS DO SUL

Neste capítulo, apresento a análise dos dados coletados a partir dos documentos oficiais, das entrevistas com diferentes agentes envolvidos e dos discursos que circulam em São Mateus do Sul sobre a cooficialização da língua polonesa. O objetivo é compreender como essa política linguística se articula a interesses econômicos, disputas identitárias e ideologias de linguagem que moldam sua circulação social e seu sentido no município. Para isso, organizo a discussão em cinco eixos: a mercantilização da língua polonesa; os atores que se beneficiam dessa política; as ideologias linguísticas relacionadas à branquitude e ao valor simbólico da língua; a presença — ou ausência — da língua polonesa nas escolas; e, por fim, o caráter simbólico de uma lei que, embora institucionalizada, não se materializa plenamente. Esses tópicos permitem observar não apenas o que a cooficialização produz, mas também o que ela silencia, desloca ou transforma no espaço social.

O projeto de Lei nº3.043/2021 foi criado em 2021 com intuito de geração de renda para a população local. Segundo um dos envolvidos na criação da lei,

Assim, (...) no Rio Grande do Sul, (...) tem duas cidades, Pomerode é uma, que houve imigração alemã, e eles aproveitam muito essa cultura alemã, **principalmente a questão do turismo**, e outra que eu não me lembro, mas é a italiana, sabe? Então (...) Pomerode é uma cidade que é 70% acho que alemão, é uma característica meio parecido com a nossa só que é polonês e comecei a pesquisar né e primeiro tinha dúvidas da possibilidade porque português é a língua oficial e nós temos uma história no Brasil, o primeiro império perseguiu as línguas indígenas, você deve saber tem a questão do *nheengatu*, depois lá o Getúlio Vargas, que proibia que falasse italiano, alemão, etc., por causa da Segunda Guerra Mundial, mas é assim, eu comecei a analisar essa questão legal e vi que havia essa possibilidade. (Agente político José, 22 de agosto de 2024) (grifos meus)

Na criação da lei de cooficialização da língua polonesa em São Mateus do Sul, pode-se observar a intersecção entre mercantilização da língua, ideologias linguísticas e branquitude. Ao comparar a experiência da imigração polonesa com as comunidades alemã e italiana, o agente político observa como cidades, como Pomerode (SC), transformaram a língua e a cultura alemã em atrativos turísticos, estabelecendo uma lógica de valorização que converte a língua em recurso econômico e em capital cultural. Nesse sentido, a língua torna-se um bem simbólico mercantilizado, cuja presença é legitimada quando associada a potenciais de desenvolvimento local, sobretudo no campo do turismo. No plano das ideologias

linguísticas, assinalamos diferentes camadas que refletem o funcionamento das línguas em contextos de poder. Em primeiro lugar, ao reafirmar o português como língua oficial e recordar os episódios de repressão a outras línguas no Brasil (nheengatu no período imperial, alemão e italiano durante o Estado Novo), o entrevistado evidencia aquilo que Calvet (1999) denomina de “glotopolítica”, ou seja, as práticas de controle estatal sobre os usos linguísticos. Essa lembrança também ecoa o que Kroskrity (2004) chama de ideologias linguísticas como representações que naturalizam relações de poder, pois legitima-se a centralidade do português como idioma único da nação.

Ao mesmo tempo, ao buscar embasamento legal para a cooficialização, o participante da pesquisa mobiliza uma visão de língua como recurso, no sentido proposto por Heller e Duchêne (2007) e desenvolvido por Heller e McElhinny (2017): a língua passa a ser valorizada não apenas como herança cultural, mas como ativo político e econômico, capaz de gerar prestígio e oportunidades (especialmente no turismo). Essa perspectiva está em consonância com os processos descritos por Gal e Irvine (2019), que mostram como a valoração de determinadas línguas está vinculada a ideologias de autenticidade e autoridade, conferindo legitimidade a umas em detrimento de outras.

Além disso, a comparação com as experiências das comunidades alemãs e italianas revela uma ideologia de plurilinguismo instrumental — não um plurilinguismo que reconhece todas as diferenças linguísticas de forma igualitária, mas um que legitima apenas aquelas línguas que podem ser convertidas em capital cultural, econômico ou político. Essa lógica se aproxima do que Flores e Rosa (2015, 2017) descrevem como raciolinguística, uma vez que as línguas europeias (alemão, italiano, polonês) são vistas como dignas de reconhecimento e de políticas de promoção, ao passo que línguas indígenas e afrodescendentes continuam a ser invisibilizadas ou tratadas como resquícios do passado, trazendo os efeitos da branquitude nas políticas linguísticas.

É a forma mais barata. Enquanto às vezes tem gente que fica correndo atrás de uma empresa que vai gerar 100 empregos, vai ter que gastar milhões. **No turismo é bem mais barato você gerar renda para as pessoas. Então, e você ter uma cidade única no país que também tem o polonês, uma segunda língua, é atrativo.** Até porque a lei também, se você for ver a lei fala, tem que estimular a falar polonês. Afinal, isso não aconteceu, porque o agente político faz a lei, mas às vezes não tem como executar. (Agente político José, 22 de agosto de 2024) (grifos meus)

O trecho evidencia de forma marcante a mercantilização da língua, na medida em que o polonês é apresentado como recurso econômico de baixo custo em comparação a outros investimentos, como a instalação de indústrias. Nesse sentido, a cooficialização surge como estratégia de marketing territorial, capaz de conferir singularidade ao município e atrair turistas, transformando a língua em ativo econômico e simbólico e, sobretudo, barato (Heller & Duchêne, 2007; Heller & McElhinny, 2017).

Além disso, há a presença de ideologias linguísticas relacionadas à autenticidade e à distinção (Gal & Irvine, 2019), quando o entrevistado associa a cidade à condição de ser “única no país” por possuir a língua polonesa como língua oficial. Nesse quadro, a língua se converte em marcador identitário e diferencial competitivo, legitimando sua valorização dentro de uma lógica de mercado.

Embora o entrevistado destaque que a lei de cooficialização prevê o “estímulo ao uso e ao ensino do polonês”, essa dimensão também pode ser lida sob o viés da mercantilização. O incentivo ao uso da língua, mais do que promover efetivamente a ampliação de práticas comunicativas entre os falantes, é mobilizado como estratégia para construir uma imagem turística e identitária do município. Assim, o ensino e a circulação do polonês não são pensados primordialmente como políticas de fortalecimento comunitário ou de reparação histórica, mas como meios de conferir visibilidade e valor econômico à cidade, alinhando-se à noção de língua como recurso (Heller & Duchêne, 2007; Heller & McElhinny, 2017).

Ademais, permite-nos identificar determinados marcadores sociais mencionados em sua fala que são relevantes para compreender os sentidos produzidos em seu posicionamento. Em um dos trechos da entrevista, o participante afirma: “eu diria para você que eu me identifico com [a identidade] polonesa, porque [a pessoa cônjuge] é 100% polonesa... então a gente convive muito com os pais [dessa pessoa]” (Agente político José, 2024). Esses elementos evidenciam como a formulação da lei emerge de um lugar social específico, permeado por referências culturais, relações de pertencimento e formas de legitimação identitária que atravessam sua visão sobre a língua e a política linguística no município. Nesse contexto, a proposta de cooficialização do polonês aparece desde sua origem orientada pela lógica da mercantilização da língua, que a converte em recurso econômico, patrimonial e turístico, ao mesmo tempo em que reproduz ideologias raciolinguísticas (Flores & Rosa, 2015, 2017) ao legitimar a valorização de uma língua

européia em detrimento da invisibilização histórica de línguas indígenas e afrodescendentes.

Esse fomento pela mercantilização da língua polonesa aparece em outros trechos de entrevistas, tanto de agentes políticos, como de comerciantes e representantes sociais.

E nós começamos **a gerar turismo** dentro da nossa cidade, né? Dentro da nossa região. Então, vem pessoas de fora, talvez pra conhecer como funciona uma escola, como funciona a nossa cultura, não só na língua, mas a gente tem muitas comidas típicas polonesas que o pessoal faz muito. (Agente institucional Patricia, 23 de agosto de 2024) (grifos meus)

Então, veja todas as riquezas que nós temos em São Mateus do Sul que podem se unir para que a gente tenha **forte atrativo aqui** turístico para que as pessoas façam, compre-se uma coisa capital polonês, a gente pode visitar, conhecer a cultura deles (Agente político Lucas, 27 de agosto de 2024) (grifos meus)

Essa língua não pode ser ignorada, ela tem que servir para nós como algo, digamos assim, **potencial turístico**, tecnológico importante, que mistura com os nossos desenvolvimentos e nos traz benefícios sem dúvida alguma. (Agente institucional Francisco, 30 de agosto de 2024) (grifos meus)

E a gente pode fomentar isso, porque a cultura **fomenta o turismo**, ela **fomenta a economia**, ela mostra quem somos (...) (Agente político Matheus, 5 de setembro de 2024) (grifos meus)

Então nós temos o **turismo cultural que pode ser explorado** (...) baseando-se em usar essa lei como referência e trazer de verdade o trabalho para ser realizado. (Agente político Felipe, 5 de setembro de 2024)

Sim, e eu acho importante. As cidades que têm uma tradição cultural, **isso ajuda com o turismo** (...) (Comerciante Israel, 9 de setembro de 2024) (grifos meus)

(...) para agregar no turismo seja mínimo ou grande, ou seja, sempre traz benefícios de qualquer maneira uma nova língua principalmente o que acontece como nós já somos hoje a capital polonesa a gente atrai muito turista para cá (Agente de serviços do município Joana, 27 de agosto de 2024)

Os trechos apresentados permitem-nos compreender que a cooficialização da língua polonesa em São Mateus do Sul é constantemente mobilizada como recurso econômico, em especial no campo do turismo cultural. Tanto agentes políticos quanto representantes sociais e comerciantes relacionam diretamente a valorização da língua ao fortalecimento do setor turístico, à promoção de comidas típicas, à criação de uma identidade mercadológica (“capital polonês”) e ao desenvolvimento tecnológico e econômico. Esse discurso reforça a ideia da língua como ativo mercantilizável, ou seja, como um bem simbólico capaz de gerar renda e prestígio para o município (Heller & Duchêne, 2007; Heller & McElhinny, 2017). Nesse sentido, a própria Lei Municipal nº 3.043/2021, que cooficializa o polonês, se insere nessa lógica, uma vez

que, em seu texto, além de reconhecer a importância cultural da língua, estabelece diretrizes para o fomento de atividades que estimulem seu uso e ensino, possibilitando que tais práticas sejam convertidas em diferencial competitivo e turístico. Assim, ainda que se trate de uma política linguística de reconhecimento, seu viés central parece ser a mercantilização da língua, que a posiciona menos como prática viva de comunicação e mais como recurso econômico e identitário explorado em benefício do mercado local.

5.2 OS BENEFICIÁRIOS DA COOFICIALIZAÇÃO DA LÍNGUA POLONESA

Após evidenciar o viés de mercantilização da língua polonesa presente nos discursos e na própria formulação da lei de cooficialização, é necessário analisar quem são os sujeitos efetivamente beneficiados por essa política linguística em São Mateus do Sul. A perspectiva de língua como recurso (Heller & Duchêne, 2007; Heller & McElhinny, 2017) mostra que, em contextos de políticas de reconhecimento, nem todos os grupos sociais acessam de forma igual os ganhos simbólicos e materiais decorrentes dessas iniciativas. Nesse sentido, compreender os beneficiários da lei permite identificar como a política linguística local, ao mesmo tempo em que legitima o polonês como patrimônio cultural, também se insere em uma lógica seletiva de distribuição de prestígio e vantagens, reforçando assimetrias sociais e raciolinguísticas.

Eu sou super a favor do turismo, da gente que fomentar o turismo na região, né? Na cidade, principalmente, pra que isso atraia a turista e assim vai, vai, né? Girar e vai, digamos assim, **vai respingar em todo mundo, né?** (Comerciante Helena, 27 de Agosto de 2024) (grifos meus)

[...] a cultura fomenta a economia, ela mostra quem somos, de onde nós viemos, e assim, com clareza, onde nós queremos chegar, impacta toda a comunidade. **Porque mesmo você não sendo descendente polonês, você pode participar da cultura, você pode ganhar com isso, lucrar com isso de alguma certa forma.** Eu não sou descendente polonês, mas eu (...) vendo pierogi. Então, eu vou estimular a capital polonesa a virem pessoas para cá porque quanto mais pessoas virem mais **eu vou lucrar [no meu negócio]**. (Agente político Matheus, 5 de setembro de 2024) (grifos meus)

Vai vir turistas pra São Mateus do Sul, né? Eu represento assim a qualidade de vida das pessoas. A comunidade em geral vai receber visitas antes, né? E o que eles vão precisar? Vão precisar [do produto] para receber suas visitas, né? (...) não só a minha empresa como tantas outras que nós temos, mas eu digo que para mim seria com certeza muito válido, porque **eu acho que a economia gera no local e se desenvolve muito mais** a nossa região. (Agente institucional Patricia, 23 de agosto de 2024) (grifos meus)

Então a gente sempre tenta colocar pro **pessoal do comércio que o mais beneficiado é eles, né?** Por vender, por entender que é importante a gente receber esse pessoal, né? (Agente de serviços do município Joana, 27 de agosto de 2024) (grifos meus)

Mas se ela for bem usada, nós podemos trazer incentivo a todos, **empresariado**, porque nós vamos poder trazer cultura para São Mateus, vamos poder trazer as pessoas que felizmente temos bastante ainda que consideram isso nós e nós podemos trazer pra São Mateus o turismo cultural porque a pessoa tem pessoas que não gostam de ver só o mar, só ver a beleza natural, você trazer as pessoas (...) (Agente político Felipe, 5 de setembro de 2024)(grifos meus)

(...) a gente tem alguns pratos, como o pierogi e tal, aí seria interessante usar um pouco mais da língua polonês, mas a mesma para o turismo. [os estabelecimentos comerciais] dependem tanto como dos clientes locais como do turismo. (Comerciante Gabriela, 9 de setembro de 2024)

Mas falando economicamente, a Gabriela falou assim, ajuda a gente estar envolvido a questão turística, porque seja o turismo de negócios, as pessoas que passam por negócios, elas têm que comer em algum lugar, seja o turismo de lazer, seja as pessoas que criam empresas para os negócios de turismo, então a gente acaba sendo envolvido em todos os lados. (Comerciante Israel, 9 de setembro de 2024)

Os excertos citados nos permitem compreender que os maiores ganhos são esperados pelo comércio local e prestadores de serviços da cidade. O entrevistado Matheus, na qual ele se supõe não ser polonês, mas ter um comércio na cidade, evidenciando o ganho — “eu não sou descendente polonês, mas eu (...) vendo pierogi. Então, eu vou estimular a capital polonesa a virem pessoas para cá porque quanto mais pessoas virem mais eu vou lucrar” — sintetiza a lógica: a língua e a “cultura polonesa” são instrumentos para atrair clientela e movimentar vendas. Nesse sentido, o estímulo legal ao polonês age como alavanca institucional que legitima e facilita práticas mercantis — sinalização em menus, roteiros turísticos, eventos temáticos, cursos de “experiência cultural” — que geram lucro para quem já controla os meios de produção e comércio locais.

Além do setor privado, emergem benefícios para atores institucionais e políticos. A cooficialização fornece visibilidade e “marca” ao município — um ativo simbólico que diferentes agentes públicos, como gestores municipais e setores ligados ao turismo, cultura e educação, podem instrumentalizar politicamente (prestígio, justificativa para projetos, captação de recursos). A própria origem legislativa da política revela que a iniciativa produz capital político para aqueles que a articulam, sobretudo quando associada a narrativas de desenvolvimento econômico de baixo custo e supostos resultados imediatos — um argumento eleitoralmente potente, expresso em formulações como “traz turismo, movimenta a economia local” ou, conforme afirmou um dos agentes políticos entrevistados: “porque hoje o turismo é a forma mais barata de geração de renda” (Agente político José, 22 de agosto de 2024).

Se de um lado temos o comércio gerando lucro, isso não quer dizer que a lógica mercantil beneficia automaticamente os descendentes poloneses como coletividade nem garante revitalização linguística sustentada. Muitos descendentes podem não possuir os meios ou o interesse em transformar sua cultura em produto; alguns podem ser excluídos das cadeias de valor (não terem capital social ou econômico). Além disso, essa política não corrige as desigualdades históricas que atingem povos indígenas e afrodescendentes ou outros grupos de imigrantes, cujas línguas permanecem marginalizadas — reproduzindo, portanto, uma política linguística seletiva que privilegia apenas uma língua europeia. A promessa de “benefício para toda a comunidade e em especial aos poloneses” (narrativa recorrente nas falas) não acontece na prática, pois a lei naturaliza a ideia de que a dinamização econômica via turismo distribui ganhos de forma equitativa, quando, empiricamente, tende a concentrá-los em um pequeno grupo social, composto por comerciantes/empresários branco de classe média.

5.3 IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS, BRANQUITUDE E A MERCANTILIZAÇÃO DA LÍNGUA POLONESA

Nesta seção, proponho analisar as ideologias linguísticas e raciolinguísticas que atravessam a cooficialização da língua polonesa, evidenciando como a branquitude opera na legitimação de determinados repertórios em detrimento de outros. A partir dessa perspectiva, também incorporo o conceito de língua ameaçada, conforme desenvolvido por Daniela Moro, para problematizar de que modo a categoria é mobilizada tanto como argumento de preservação cultural quanto como recurso de valorização econômica. Essa articulação teórica permitirá compreender como a política linguística em questão não apenas reconhece o polonês como patrimônio, mas também o reinscreve em uma lógica de mercantilização que associa identidade, memória e valor de mercado.

"[A participante fala sobre se perceber como miscigenada em termos étnico-raciais] Eu acho que ela -se referindo à lei- é importante pela população, acho que a maior parte da população da cidade é polonesa, e eu acho importante pelo reconhecimento, pela valorização e também para que tenha aí uma herança, entendeu? Tipo, eu acho que deve ter essa... Para as futuras gerações, uma herança para as futuras gerações do idioma, da cultura, isso. (...) eu acho que tem que fazer parte da herança para as próximas gerações" Ao questioná-la como se autodeclara – “Branca” (Comerciante Helena, 27 de agosto de 2024)

A posição da entrevistada evidencia a força das ideologias raciolinguísticas na constituição das identidades locais. A referência à língua polonesa como “herança para as futuras gerações” revela uma ideologia linguística pautada na valorização do idioma como símbolo de continuidade cultural, que, ao mesmo tempo, dialoga com o conceito de língua ameaçada (Moro, 2021), na medida em que mobiliza a ideia de risco de desaparecimento para justificar sua preservação. Contudo, o fato de a entrevistada se alinhar discursivamente à branquitude — mesmo sendo descendente de grupos historicamente racializados — demonstra como certas identidades são absorvidas pela lógica de embranquecimento e, nesse movimento, o polonês é legitimado como língua digna de reconhecimento e investimento.

Esse enquadramento não ocorre de forma neutra: ao contrário, um outro entrevistado explicita como a cooficialização se insere em um regime de ideologias raciolinguísticas que hierarquiza línguas e sujeitos, distinguindo quais repertórios ameaçados merecem políticas de salvaguarda e quais permanecem invisibilizados.

É manter uma tradição e a história de toda uma geração que aqui chegou e trabalhou na terra (...) até nós havíamos discutido na semana passada, no encontro que nós tivemos lá na apresentação de projeto (...), que foi uma amostra de uma retrospectiva de uma família que chegou aqui de imigrantes, uma reportagem, e eu estava justamente discutindo essa questão de a gente estender essas iniciativas para outros grupos étnicos. Acho importante que nós também valorizemos outras culturas, outros grupos que estão residentes do nosso município.

(...) Branco, né? Eu me declaro branco, porque a minha avó, a minha mãe, branca assim, dos olhos verdes, bem verdinho, aliás, azuis, bem azuis. Já meu avô, por parte de pai, era moreno, mais moreno assim. Um pouco também, porque trabalhava muito na roça, região sul de Minas, faz frio quando é frio e verão quando é verão é muito calor. Mas eu creio que eu tenha mais assim o lado da minha mãe, né? (Agente de serviço do município Leonardo, 26 de agosto de 2024)

O discurso de Leonardo associa a cooficialização do polonês à ideia de continuidade histórica e de preservação de uma tradição herdada dos imigrantes, o que evidencia uma ideologia linguística voltada para a manutenção de um patrimônio coletivo concebido como símbolo de identidade local. Ao mesmo tempo, ao mencionar a importância de valorizar outras culturas e grupos residentes no município, abre-se um espaço discursivo de reconhecimento da diversidade, mas que, na prática, ainda é hierarquizado pela legitimação da língua polonesa como língua ameaçada digna de salvaguarda. Nesse ponto, observa-se a operação da branquitude: o entrevistado se autodeclara branco, valorizando traços fenotípicos europeus (olhos verdes, azuis), mesmo diante da menção à ascendência “morena” paterna, reinterpretada como efeito do trabalho na roça e não como marcador racial. Tal movimento revela como a

branquitude atua como um dispositivo de pertencimento e prestígio, reforçando a centralidade da experiência europeia — no caso, polonesa — como parâmetro de identidade e de valor cultural. Assim, a cooficialização do polonês, justificada pelo risco de desaparecimento e pela necessidade de transmiti-lo às novas gerações, reafirma não apenas o enquadramento dessa língua como patrimônio ameaçado (Moro, 2021), mas também a seletividade das políticas de preservação, que privilegiam repertórios associados à imigração branca, ao passo que outras línguas ameaçadas, especialmente indígenas, permanecem invisibilizadas nos debates institucionais.

É. Vivi muito pouco lá - se referindo ao lugar onde nasceu-, né? A gente era realmente da agricultura. E talvez tudo isso tenha me dado, assim, uma identificação muito grande com o povo polonês. Porque eu senti, assim, como era povo que veio de longe, que estava se adaptando, eu também me sentia guri, uma criança, adolescente, que estava vindo de longe e que eu sentia, quando eles falavam, que os avós falavam isso, das dificuldades, eu também pensava, poxa, eu também vim de longe, apesar de ser no mesmo país, mas a gente também sente que se estava em terras estranhas e que tinha que enfrentar. (...) Falando sobre a importância da lei: É manter a tradição, a memória e a história de toda uma geração. (...) Se você vai em qualquer cartório e pega lá livro de qualquer registro, começa a ver os nomes, você vai ver que de cada 100 nomes pelo menos, no mínimo 70, 80 pessoas, são sobrenomes poloneses. (Agente institucional Francisco, 30 de agosto de 2024)

O discurso de Francisco constrói a língua polonesa como herança legítima da cidade, associando-a à memória coletiva e ao prestígio de sobrenomes registrados em cartórios. Essa narrativa exemplifica o que Kroskrity (2004) chama de ideologias linguísticas dominantes, pois define quais repertórios devem ser reconhecidos e transmitidos às futuras gerações, ao mesmo tempo em que invisibiliza outras línguas e histórias locais. A identificação pessoal do entrevistado — migrante dentro do território brasileiro — com a trajetória dos imigrantes poloneses mostra como a branquitude opera ao absorver experiências diversas dentro de um regime de prestígio eurocêntrico, reforçando a centralidade do polonês como patrimônio. Além disso, ao acionar a categoria de língua ameaçada (Moro, 2021), o discurso não apenas legitima a preservação cultural, mas também inscreve o polonês no quadro descrito por Heller e Duchêne (2012), em que línguas são transformadas em recursos simbólicos e econômicos. Desse modo, a cooficialização deixa de ser apenas uma medida de proteção cultural e passa a funcionar como estratégia política de valorização, em que memória, identidade e mercado se entrelaçam.

São Mateus do Sul é lembrado por essas características — nós estamos acostumados com a dança, música polonesa, culinária, arquitetura, até com

a língua falada —, por esse legado, presente nas igrejas, na fé e na cultura do povo. (Agente político Matheus, 5 de setembro de 2024)

Nesse trecho, observamos a construção ideológica de uma identidade municipal centrada na cultura polonesa. Segundo Flores e Rosa (2015; 2017), ideologias linguísticas e raciais funcionam para legitimar certas línguas, culturas e identidades como normativas, enquanto marginaliza outras. Nesse sentido, o discurso naturaliza a presença europeia como dominante e a transforma em “legado” coletivo, criando uma hierarquização simbólica da branquitude e relegando ao esquecimento a presença histórica de povos indígenas, afrodescendentes e outros grupos étnicos. Ao associar manifestações culturais e religiosas à identidade da cidade, o falante reforça a ideia de que a experiência polonesa é a mais autêntica e representativa, configurando uma ideologia que legitima a centralidade europeia na memória local e na construção do patrimônio cultural. Somando a isso, temos esse trecho:

Essa lei (...) reforçando quem somos. (...) A cultura nossa é essa, olha que o turismo podemos direcionar para isso. E nós temos aí quase 80% de imigrantes poloneses. A nossa colônia se formou com os poloneses aqui, assim como em Mallet, que a maioria é ucranianos aqui, em peso veio pelo menos mil famílias, mil pessoas, depois foi aumentando mais mil. (Agente político Matheus, 5 de setembro de 2024)

Ao mencionar a predominância numérica dos poloneses e compará-la à colônia ucraniana de Mallet, o discurso legitima a hegemonia cultural europeia por meio de justificativas quantitativas. A narrativa reforça uma lógica de branquitude simbólica, centrando a memória histórica na experiência de imigrantes europeus, enquanto ignora outros grupos presentes historicamente, como indígenas, afrodescendentes e imigrantes de outras origens. O efeito é a criação de uma memória seletiva que associa a identidade do município exclusivamente à presença polonesa.

[...] Ela – se referindo a língua polonesa- não faz falta pra gente no dia a dia, porque não é uma língua oficial pra comunicação, mas culturalmente falando seria relevante. [...] Como resgate cultural ela se faz muito relevante [...] seria mais aspecto cultural. [...] Meu avô era polaco e a minha avó era negra mesmo [...] minhas irmãs têm traços mais negros e eu saí mais pro lado polaco da história. [...] Nas minhas irmãs não aparece nenhum traço, até porque elas são bem morenas [...] já é algo que foge bastante para a gente fazer essa identificação. (Agente educacional Simone, 9 de setembro de 2024)(grifos meus)

Os excertos de Simone evidenciam a interseção entre ideologia linguística, raciolinguística e branquitude no contexto de São Mateus do Sul. Ao afirmar que a língua polonesa “não faz falta no dia a dia” mas é relevante culturalmente, Simone destaca uma hierarquização simbólica das línguas, típica das ideologias linguísticas descritas por Flores e Rosa (2015; 2017), em que línguas minoritárias são valorizadas

mais como patrimônio cultural do que como instrumento de comunicação efetiva. Essa valorização simbólica se conecta à questão raciolinguística ao se referir à própria ancestralidade: ao mencionar que herdou mais traços poloneses do que suas irmãs, Simone evidencia a valorização social da branquitude, associando sua aparência física à herança cultural polonesa. Esse panorama evidencia como a língua e a cultura polonesa, embora valorizadas, reproduzem uma hierarquia de prestígio ligada à branquitude, reforçando distinções simbólicas na memória histórica e cultural do município.

A partir da análise da fala da entrevistada, percebe-se como as ideologias linguísticas e raciolinguísticas estruturam a valorização cultural de certas línguas em detrimento de outras, reforçando associações entre prestígio linguístico e branquitude. Esse contexto nos leva a refletir sobre a situação das línguas ameaçadas, como o polonês em São Mateus do Sul, e sobre os desafios de sua preservação frente a essas hierarquias simbólicas.

O problema é que ele – o polonês, se referindo a língua- está acabando com as gerações que estão indo. As novas gerações não estão se interessando em aprender polonês. (Agente político José, 22 de agosto de 2024).

O dia que aquelas pessoas -as que ainda falam essa língua- não estiverem mais aqui [...] isso vai se acabar. (Agente político Felipe, 5 de setembro de 2024)

A gente conhece pessoas que falam polonês, mas são poucas pessoas e já são pessoas jovens mais maduros. E mesmo esses [...] não falam fluentemente. Eles falam umas coisas só. (Comerciante Israel, 9 de setembro de 2024)

O polonês ficou restrito ao interior, às colônias, e mesmo lá só os mais velhos ainda falam. (Agente político Matheus, 5 de setembro de 2024)

A nova geração praticamente não fala nada. São só os avós que ainda conversam em polonês. (Agente de serviço do município Leonardo, 26 de agosto de 2024)

A situação de ameaça da língua polonesa em São Mateus do Sul evidencia uma tensão significativa entre preservação cultural e perda linguística. Como indicam depoimentos de membros da comunidade, a língua polonesa está se tornando restrita às gerações mais velhas, enquanto os jovens apresentam pouco ou nenhum domínio da língua. Essa realidade reflete o que Daniela Moro (2018) descreve sobre línguas ameaçadas: mesmo quando existe uma valorização simbólica da língua e de sua cultura, a falta de transmissão intergeracional coloca em risco sua continuidade efetiva. Ao mesmo tempo, essa situação se conecta às ideologias linguísticas analisadas por Flores e Rosa (2015; 2017), que demonstram como determinadas

línguas e práticas culturais podem ser hierarquizadas socialmente, sendo promovidas e visibilizadas enquanto outras tradições linguísticas e culturais permanecem marginalizadas ou esquecidas. No caso de São Mateus do Sul, embora a cultura polonesa seja fortemente valorizada em eventos, festas e legislação municipal, essa valorização frequentemente ocorre com intuito mercantil, servindo ao turismo, à promoção local e à construção de uma imagem de capital polonesa, enquanto a ausência de interesse das novas gerações em aprender polonês revela que a preservação simbólica não garante a vitalidade comunicativa da língua. Assim, observa-se um cenário em que promoção cultural, exploração mercantil e ameaça linguística coexistem, revelando a complexa relação entre identidade, memória histórica, poder simbólico e economia local na construção da comunidade.

5.4 LÍNGUA POLONESA NA ESCOLA: APRENDIZAGEM OU PROMOÇÃO TURÍSTICA?

A Lei Municipal nº 3.043/2021 prevê a inclusão da língua polonesa no currículo das escolas do ensino fundamental I em São Mateus do Sul, configurando-se como uma política linguística de cooficialização com aparente ênfase educacional. Neste capítulo, busco analisar os obstáculos à luz da viabilidade educacional, argumentando que a lei, mais do que garantir a aprendizagem efetiva da língua, parece estar orientada para a mercantilização do idioma, transformando-o em um produto cultural e turístico a ser consumido, em vez de consolidado como prática viva de comunicação.

Então eu acho que seria mais um aspecto cultural bem relevante de nós darmos o acesso às crianças, né? **Agora eu não vejo muitos caminhos para isso**, talvez por isso que ainda não foi executado, né? Porque eles fizeram uma coisa só pensando, ah, vai ser legal, é bonito, é importante, vamos fazer e executar, né? Da onde que você vai tirar profissionais? Como que você vai implementar? Você não pode mexer assim na grade curricular dos estudantes, então teria que ser através de projeto, né? (Agente educacional Simone, 4 de setembro de 2024) (grifos meus)

(...) a lei existe, mas ela não é executada. E aí por vários motivos, né? **Não é tão simples você colocar uma língua estrangeira dentro da escola pública**, por exemplo, né? Na escola particular seria mais fácil. Digo por causa das políticas públicas da educação mesmo. (Agente de serviços do município Debora, 27 de agosto de 2024) (grifos meus)

Os trechos das entrevistas evidenciam como a própria execução da lei de ensino da língua polonesa encontra barreiras estruturais no campo da educação. Simone aponta a ausência de planejamento efetivo para a inserção da disciplina na grade curricular, bem como a dificuldade em disponibilizar profissionais qualificados para a tarefa, o que já indica a inviabilidade prática de sua implementação no formato

previsto. Debora, por sua vez, reforça que a simples existência da lei não garante sua execução, uma vez que a inserção de uma nova língua – inclusive nomeada aqui como “língua estrangeira”, e não como língua de identidade étnica – em escolas públicas envolve desafios relacionados às próprias políticas educacionais, que são distintas da realidade do ensino privado. Nesse sentido, observa-se que, apesar do caráter simbólico e cultural atribuído à lei, sua efetivação encontra sérios entraves de ordem política e pedagógica. A partir dessa constatação, passo a discutir, na sequência, os principais empecilhos que inviabilizam a implementação dessa política linguística no município.

(...) como matéria, teria que mexer na grade? E daí tem que tirar alguma aula para colocar ela, porque senão não encaixa. Ou fazer como o Estado está fazendo agora, colocando a sexta aula. Aí caberia, porque de outra forma não tem, mas eu acho assim muito difícil na realidade, porque quem vai ser a profissional ou o profissional que vai ser professor? (...) Se a gente falar em sexta aula, envolve transporte escolar, esse é o maior entrave para tudo, o transporte, as linhas, né? Mais gasto com profissionais, porque daí eu vou ter sexta aula num dia só pra ter uma aula por semana ou duas, não, mas aí aquela turma vai ter no outro dia porque não pode ser o mesmo, dependendo dos profissionais. (...) Antes de se tratar de núcleo, tem que vir uma autorização da SEED, né? Porque a SEED é acima do Núcleo Regional de Educação. Então, como envolve muitos aspectos, não acredito que seja fácil. (Agente educacional Simone, 4 de setembro de 2024)

(...) **Não basta ter a lei, tem que colocar no currículo tudo bem certinho**, ver as horas vai se acrescentar para fazer como que era uma discussão minha com a (secretária de educação da época) discussão no bom sentido né, vamos colocar em que horário (...) ah, no CMEI é tranquilo, porque é mais livre. Mas aí, do primeiro ao sexto ano, como que vai ser, se já tem a grade, teria que ser na educação municipal, a gente não pode passar para o âmbito da estadual, né? Então, assim, teria que ver tudo isso, questão do núcleo regional de união também, então, o que falta é sentar mesmo com as pessoas responsáveis por cada setor e tentar por isso num papel e executar. (Agente de serviço do município, Debora, 27 de agosto de 2024) (grifos meus)

As entrevistadas reconhecem que a implementação do ensino da língua polonesa nas escolas enfrenta empecilhos de ordem curricular e institucional, revelando que a existência da lei, por si só, não garante sua execução. Além disso, reconhecem que seria necessário ajustar a carga horária, apesar dos CMEIs não terem uma grade para seguir, o que facilitaria o processo, já do primeiro ao quinto ano, essa questão torna-se mais difícil, bem como a necessidade de autorização do Núcleo Regional de Educação e da SEED. A contratação de profissionais também é questionada, apesar da entrevistada mencionar que o consulado poderia arcar com a contratação de uma professora de polonês, Simone problematiza a viabilidade dessa proposta de forma implícita. Para ela, não se trata apenas de garantir um profissional, mas de questionar se uma única professora teria condições de atender todas as

escolas municipais e CMEIs, pode-se estimar que o município de São Mateus do Sul conta com cerca de 33 escolas municipais + 12 CMEIs = 45 unidades sob gestão municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental (nível inicial). Essa estimativa combina o levantamento disponível em bases que listam as escolas municipais do portal Escolas.com.br¹². Assim, embora ambas destacam os entraves estruturais, a fala de Simone evidencia como as exigências logísticas e financeiras tornam a efetivação da lei pouco prática no cenário educacional atual.

Ainda em relação aos gastos que essa lei geraria para a prefeitura, trago dois trechos das falas de agentes políticos:

Porque primeiro você tem que ter o recurso. Você vai precisar ter pessoas que tenham conhecimento. Para poder transmitir esse conhecimento. Dessa forma, a Secretaria de Educação precisa alocar esse recurso, buscar uma forma de fazer curso público para contratar o professor para a língua polonesa, para que ele possa difundir nas coisas. (Agente político Lucas, 27 de agosto de 2024)

O agente político tem alguns tipos de lei que ele não pode propor, principalmente que dê despesa para o município. Por isso que essa lei aqui, ela estabelece, mas ela não obriga tanto, ela só oficializa. Mas ela não determina o que nós temos de fazer para continuar. Não adianta nós pormos no papel que ela é a segunda língua, e essa língua se acabar com o falecimento das pessoas que falam. Nós não temos programa dentro do município para continuar, para ensinar os novos, para manter essa cultura. (Agente político Felipe, 5 de setembro de 2024)

As falas de Lucas quanto de Felipe revelam como a própria estrutura política e orçamentária inviabiliza a implementação da Lei 3043/2021. Lucas evidencia que a efetivação do ensino da língua polonesa depende de recursos financeiros, especialmente para a contratação de professores qualificados, o que recai sobre a Secretaria de Educação e exige concursos públicos ou outras formas de alocação de verba municipal. Já Felipe amplia essa problemática ao destacar a limitação legal do papel do legislador, que não pode propor leis que impliquem despesas diretas para o município. Nesse sentido, a lei se restringe a uma oficialização simbólica da língua polonesa, sem estabelecer mecanismos concretos de continuidade no ensino. O resultado é a ausência de um programa educacional que garanta a transmissão intergeracional da língua, justamente porque sua manutenção demanda investimento público — o que explica por que a norma permanece sem execução prática.

Então, acho que como disciplina é algo meio distante de se pensar, sabe? Porque é burocrático, não é só a vamos colocar lá uma aula de língua polonesa. Não é? Não é simples, né? Talvez como projeto do município, começasse com projeto piloto ali, né? Vamos ver todos os interessados se

¹² Os dados das escolas apresentados neste site “Escolas.com.br” foram coletados pelo Censo Escolar 2024 e fornecidos pelo INEP/MEC.

inscrevem, aí a gente vai fazendo uma seleção, tem uma lista de espera e encontramos profissional qualificado para desenvolver. Aí eu acho que seria algo mais viável. (...) Ao meu ver, eu vejo como mais interessante dar jeito de implementar a língua inglesa, por exemplo, porque na BNCC e na LDB diz que é obrigado a partir do sexto ano, é obrigatório ofertar alguma, mas não diz que os menores ali nos anos iniciais são proibidos de ter na parte diversificada do currículo. (Agente educacional Simone, 4 de setembro de 2024)

O excerto de Simone evidencia como a implementação da língua polonesa nas escolas enfrenta desafios práticos e simbólicos. Ela sugere a criação de um projeto piloto optativo, no qual apenas estudantes interessados fariam inscrição, tornando o ensino mais viável frente à burocracia e aos limites da grade curricular. Entretanto, ao comparar com o ensino da língua inglesa, presente na BNCC e na LDB e com aplicação prática no cotidiano, Simone destaca que o polonês tem função sobretudo cultural e simbólica, sem impacto direto na mobilidade social ou no uso diário. Essa percepção ilustra como ideologias linguísticas influenciam a execução da política: línguas de herança, mesmo quando oficializadas por lei, podem permanecer “de papel” se não houver projetos estruturados, recursos financeiros e professores capacitados, enquanto línguas valorizadas economicamente ou socialmente, como o inglês, recebem prioridade e atenção institucional (Flores & Rosa, 2015; 2017).

Eu acho que beneficia toda a nossa população, porque quando se desenvolve a cultura do ciclo, automaticamente você potencializa o turismo e o desenvolvimento econômico. A partir do momento que a população em geral, ou grande parte dela, ou as crianças que estão nas escolas municipais começarem a **disseminar a língua no nosso município, eu tenho, assim, que para mim que as pessoas buscarão mais São Mateus do Sul por referência ao polonês**, entende? Então, eu considero que é de extrema importância nós começarmos nas escolas para que possa ser sensibilizado. (Agente político Felipe, 5 de setembro de 2024) (grifos meus)

Eu entendo que a educação é a base para tudo. Nós precisamos criar uma política pública para que a gente tenha início nas escolas municipais. Desta forma, **nós poderemos sensibilizar toda a população para que esse conhecimento da língua polonesa seja difundido e disseminado aqui pela população e para aqueles que têm interesse**. (Agente político Lucas, 27 de agosto de 2024) (grifos meus)

As falas dos agentes políticos deixam claro que o ensino da língua polonesa é visto menos como uma prática pedagógica e mais como um recurso mercantil. Felipe afirma explicitamente que, ao disseminar a língua entre as crianças, o município poderá converter esse capital cultural em atrativo turístico: “quando se desenvolve a cultura do ciclo, automaticamente você potencializa o turismo e o desenvolvimento econômico” (Agente político Felipe, 5 set. 2024). Lucas segue a mesma linha, defendendo a necessidade de criar uma política pública para que a difusão do polonês

sensibilize a população e se torne uma marca da cidade (Agente político Lucas, 27 ago. 2024).

Essa concepção reforça a lógica da mercantilização da língua (Heller, 2011; Duchêne & Heller, 2012), em que o valor do idioma não está em seu uso comunicativo ou educativo efetivo, mas em sua capacidade de gerar lucro, prestígio e turismo. A língua polonesa é tratada como produto cultural e não como direito linguístico, o que revela uma inversão de prioridades: a escola aparece como ferramenta de propaganda identitária e não como espaço de fortalecimento da diversidade linguística.

Nesse ponto, as reflexões de Flores e Rosa (2015, 2017) sobre ideologias raciolinguísticas ajudam a compreender o processo. Segundo os autores, as sociedades constroem hierarquias sobre quais línguas e falas têm legitimidade social e econômica. O caso de São Mateus do Sul mostra como o polonês é positivado e elevado a recurso econômico, enquanto outras línguas presentes na região. Essa seletividade evidencia como a política linguística local se ancora em processos de racialização, que legitimam certas heranças europeias como bens culturais exploráveis, ao passo que outras permanecem invisibilizadas ou marginalizadas.

Assim, o ensino do polonês nas escolas municipais, tal como proposto na Lei nº 3.043/2021, ilustra não apenas os limites da viabilidade educacional, mas também como a língua se torna um instrumento de venda, mais próximo da lógica do turismo cultural do que da efetiva promoção de direitos linguísticos e de uma educação inclusiva.

5.5 COOFICIALIZAÇÃO SIMBÓLICA: QUANDO A LEI EXISTE, MAS NÃO SE MATERIALIZA

A Lei nº 3.043/2021, que oficializa a língua polonesa em São Mateus do Sul, corre o risco de permanecer apenas como uma “lei de gaveta”, isto é, uma medida simbólica sem aplicação prática no cotidiano da população. Embora represente um reconhecimento cultural importante, sua execução encontra obstáculos que a afastam da realidade educacional e política do município. Nesta parte, analisaremos os principais motivos que contribuem para essa inoperância, evidenciando por que a lei, apesar de promulgada, ainda não se efetivou como política linguística de fato.

Mas nesses quatro anos **a gente não conseguiu ainda executar isso aí**, né? Questões burocráticas, questões de políticas públicas, enfim, tudo que

envolve você colocar uma nova matéria dentro do currículo escolar. (Agente de Serviços do município Debora, 27 de agosto de 2024) (grifos meus)

Essa questão não foi implementada porque, estamos no poder executivo, que é quem faz a lei, fiscaliza, aprova o poder executivo, que é quem executa. O Brasil é país cheio de leis. Sempre diz isso, que a gente não precisa de mais leis no Brasil. A gente precisa que executem as questões aqui, que não são executadas. Isso é uma cultura nossa também, de ter monte de lei que não é executada. (Agente político José, 22 de agosto de 2024). (grifos meus)

Ela teria uma grande importância **se ela fosse executada**. Então assim já fica uma crítica minha, porque na minha opinião na época eu sabia desde então que essa língua **essa lei ficaria engavetada** e não executada não tanto por município ou pelo próprio Estado. (...) Então hoje no meu pensamento como agente político que estou há x anos aqui **é uma lei de gaveta** é uma lei que foi feita na época por algum motivo é proporcional na verdade é mais uma propaganda do que fato de direito que quisesse executar, porque se quisesse executar teria feito essa lei chegar mais próximo e cobrado, já investido para ser realizado e executada. (Agente político Felipe, 5 de setembro de 2024) (grifos meus)

Os depoimentos acima – chamo atenção para as vozes presentes: legislativo e executivo - deixam evidente que, embora a lei tenha sido aprovada, sua implementação não ocorreu. Nas palavras de Debora, entraves burocráticos e a complexidade de inserir uma nova disciplina no currículo escolar explicam a demora. Já a voz do legislativo, representada por José, chama atenção para uma prática recorrente no Brasil: a produção de inúmeras leis que permanecem apenas no papel, sem execução efetiva. Por fim, o agente político, Felipe, que também acompanhou o processo desde sua origem, admite que já previa que a lei se transformaria em uma “lei de gaveta”, usada mais como propaganda do que como política pública concreta. Esses apontamentos abrem espaço para refletirmos sobre o principal motivo que levou a lei a não sair do papel e permanecer engavetada.

Só que o que eu vejo assim, o que eu percebo é que, hoje muitas leis são criadas, mas não são efetivas. Então, nós temos que buscar uma forma de efetivar, sabe, para que ela atinja seu real objetivo significado, que é potencializar a cultura polonês. (...) **Você não pode gerar hoje gasto efetivo para a prefeitura, uma despesa, porque quem estima a receita e a despesa é o executivo e não o legislativo**. E essa é uma barreira que a gente tem que transpor a nível de sensibilizar a nossa população para esse total entendimento das atribuições do legislativo, executivo e judiciário. (Agente político Lucas, 27 de agosto de 2024) (grifos meus)

Como falei, o poder público não precisa sempre estar à frente, mas quando se trata de cultura e turismo, **o ponto a pé inicial até pela questão de dificuldade de você iniciar projeto, pelo custo que é e até mobilizar, a responsabilidade tem que ser do Poder Público**. (Agente político Matheus, 5 de setembro de 2024)

Diante desses depoimentos, torna-se evidente que o principal empecilho para a efetivação da lei está na questão financeira. Como aponta Lucas, o Legislativo não pode criar normas que gerem despesa para o município, ficando a execução

subordinada ao Executivo, que estima receitas e despesas. Matheus reforça esse ponto ao destacar que, no campo da cultura e do turismo, o “pontapé inicial” precisa necessariamente partir do poder público, justamente em razão dos custos e da mobilização que um projeto dessa natureza exige. No caso da educação, isso significa investimentos em contratação de professores e na criação de condições para o ensino da língua polonesa nas escolas municipais. Embora o consulado tenha garantido a oferta de um professor, essa medida é insuficiente para atender toda a demanda educacional da rede municipal, o que reforça a ideia de que, sem aporte financeiro da prefeitura, a lei tende a permanecer apenas no papel. Esse quadro se aproxima do que Calvet (2007) aponta ao analisar as políticas linguísticas que, muitas vezes, acabam se restringindo ao plano simbólico, servindo mais como instrumentos de prestígio político e cultural do que como práticas efetivas de manutenção e difusão das línguas.

Uma possível solução para que a lei que prevê o ensino da língua polonesa seja efetivamente executada estaria na parceria entre o poder público e instituições privadas, como associações culturais, o consulado polonês e até mesmo setores ligados ao comércio e ao turismo. Nesse sentido, tanto o Executivo municipal quanto o Legislativo reconhecem que a responsabilidade não pode recair apenas sobre a prefeitura, mas que seria necessário articular um projeto coletivo, envolvendo diferentes esferas e agentes sociais. Essa perspectiva aparece na fala de Leonardo – agente de serviços do município-, ao afirmar que “somente o poder executivo nesse projeto não vinga, acaba não acontecendo”, ressaltando a importância de uma ação conjunta entre Estado e comunidade. Matheus reforça esse argumento, destacando que “o estado e o município preparam o ambiente, mas deve existir a vontade do empresariado de explorar (...), explorar ele de uma forma em que nós possamos ter geração de emprego e renda”, acrescentando ainda que, sem fortes investimentos e sem segurança de retorno, os projetos acabam se limitando a iniciativas isoladas e pouco efetivas.

O estado e o município preparam o ambiente, mas deve existir a vontade do empresariado de explorar (...), explorar ele de uma forma em que nós possamos ter geração de emprego e renda. Então não basta simplesmente o Poder Executivo ter iniciativa, a gente tem que ter a vontade de ambas as partes. Então a mesma coisa é a questão da segunda língua, da implementação. Nós agora estamos buscando trabalhar isso de uma forma estruturada, mas também temos que ter a participação da comunidade. Somente o poder executivo nesse projeto não vinga, acaba não acontecendo. (Agente de serviços do município Leonardo, 26 de agosto de 2024) (grifos meus)

Hoje ninguém precisa mais fazer propaganda, elas se vendem, Gramado se vende. Se nós queremos chegar bem próximo a isso, é **a iniciativa pública motivando as pessoas na iniciativa privada**, fazendo essa parceria PPP e aí depois as coisas fluem. O duro que hoje quem faz, faz isolado, muitas vezes tenta agregar, **mas vai muito dinheiro**. E às vezes você investir em algo duvidoso, que até lá eu chego, depois eu não sei, fica difícil. Então é isso, eu acredito que a gente precisa realmente profissionalizar isso e ter fortes investimentos. (Agente político Matheus, 5 de setembro de 2024) (grifos meus)

Assim, percebe-se que, embora exista um caminho possível via parcerias público-privadas (PPP), essa solução esbarra na falta de engajamento da iniciativa privada e no alto custo que tais investimentos demandariam. Como enfatiza Matheus, “vai muito dinheiro e as pessoas não querem correr esse risco”, o que explica por que, até hoje, a lei permanece apenas no plano simbólico, sem execução prática, reforçando sua condição de lei de gaveta.

Em síntese, a análise revela que, embora a lei esteja formalmente instituída, sua materialização permanece suspensa, sobretudo porque sua execução demandaria ações intersetoriais e investimentos que não foram assumidos pelas instâncias responsáveis. Elementos centrais prescritos na legislação — como a formação e contratação de docentes, a oferta de aulas regulares, a adequação curricular, o transporte escolar e estratégias de valorização da herança linguística — não avançaram para além do texto legal até a finalização deste trabalho. Soma-se a isso o limite legal apontado pelos participantes de que o poder legislativo não pode propor leis que gerem despesas diretas ao município, o que fragiliza a efetividade da proposta e desloca sua implementação para possíveis negociações entre Executivo, fundações culturais e setor privado. Embora a realização de parcerias com a iniciativa privada seja mencionada como uma alternativa, essa solução também não se concretizou, dada a complexidade financeira envolvida e a falta de interesse do empresariado local em assumir tais custos.

Dessa forma, no que diz respeito aos objetivos declarados na lei — principalmente a promoção educacional da língua, o fortalecimento da herança linguística e o incentivo ao uso cotidiano do polonês — a política permanece como uma “lei de gaveta”, sem aplicação prática. Contudo, paradoxalmente, a cooficialização produz efeitos simbólicos que deslocam a lei de uma condição de total inoperância: apesar da ausência de políticas linguísticas efetivas, a língua polonesa vem sendo mobilizada como recurso turístico, identitário e econômico, especialmente por setores ligados ao comércio e ao patrimônio cultural. Esse processo de

mercantilização confere à lei uma performatividade simbólica que, embora não realize suas finalidades educacionais, reposiciona a língua como um ativo cultural e discursivo no município, permitindo que ela circule socialmente mesmo diante da não implementação daquilo que está formalmente prescrito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta trajetória no mestrado, pude perceber que este processo não foi apenas de produção acadêmica, mas também de transformação pessoal. Iniciei este percurso com uma proposta bastante distinta da que ora apresento: meu objetivo inicial era dar voz à população descendente de poloneses e apontar o risco da "extinção" da língua polonesa. No entanto, como já destaquei na Introdução deste trabalho, as discussões vivenciadas em sala de aula, especialmente com a professora Cloris e a professora Lucimar, provocaram uma virada fundamental em meu olhar. Reconheci-me como mulher branca e privilegiada, compreendendo que minha proposta inicial, ao invés de problematizar, reforçava o pacto da branquitude. Esse deslocamento não foi simples: tratou-se de um processo de constante tensão entre o que eu desejava escrever, o rigor acadêmico necessário e o enfrentamento de minhas próprias concepções. A pesquisa, portanto, não é apenas uma análise de uma lei, mas também um exercício de autocrítica e de ruptura com as estruturas de privilégio que sustentam a branquitude. Ao escrever sobre essa lei, encontrei um caminho para questionar esse pacto, e, assim como toda mudança significativa, este processo foi desafiador e, ao mesmo tempo, profundamente transformador. Desse modo, este trabalho não se encerra apenas em conclusões sobre um objeto de pesquisa específico, mas se abre também como um marco de mudança pessoal e acadêmica, revelando uma nova versão de mim mesma.

Esse processo de amadurecimento intelectual e pessoal me levou a questionar os privilégios da branquitude da qual faço parte. Esse deslocamento afetou diretamente os rumos da pesquisa: deixei de reproduzir uma perspectiva que celebrava sem problematizações a presença polonesa na região e passei a analisá-la sob o enquadramento crítico da branquitude, compreendendo seus efeitos de produção de hierarquias raciolinguísticas e sociais. Reconheço, contudo, que esse movimento não se dá de maneira linear; trata-se de um percurso marcado por tensões, revisões e contradições que, longe de serem erros, são componentes constitutivos de nossa formação em um país estruturado pela colonialidade. Assim, assumo que as contradições presentes neste trabalho expressam não apenas meu próprio processo de deslocamento, mas também a natureza histórica e colonial das relações que busquei problematizar.

A análise realizada ao longo desta pesquisa evidenciou que a lei de cooficialização da língua polonesa em São Mateus do Sul não tem como centro a promoção de direitos linguísticos, mas a lógica da mercantilização. A língua é convertida em produto simbólico, mobilizada como atrativo turístico e econômico, reforçando o interesse em projetar a cidade como espaço de consumo cultural. Assim, mais do que instrumento de comunicação ou de revitalização linguística, o polonês é incorporado ao mercado como marca identitária que agrega valor. Nesse movimento, os principais beneficiados não seriam os falantes da língua — restritos às colônias e às populações mais idosas — mas, sobretudo, os comerciantes e empresários do centro da cidade, onde o turismo e o comércio se concentram.

Nesse cenário, torna-se evidente a articulação da branquitude como lugar de poder. A valorização da língua polonesa conecta-se diretamente à herança europeia, reforçando ideologias que associam prestígio e legitimidade à cultura branca em detrimento de outras identidades linguísticas e raciais. As falas analisadas demonstram como traços físicos e linguísticos são interpretados como marcadores de pertencimento, reafirmando hierarquias simbólicas que vinculam a língua à branquitude. Ao mesmo tempo, as ideologias linguísticas e raciolinguísticas revelam a hierarquização entre línguas: enquanto o inglês é visto como necessário e funcional, o polonês é deslocado para o campo do simbólico, valorizado como resgate cultural, mas sem papel efetivo no cotidiano comunicativo.

A questão das línguas ameaçadas aparece de forma paradoxal. Embora os entrevistados reconheçam que a língua polonesa está em risco, utilizada sobretudo pelas gerações mais velhas, as estratégias de preservação propostas não se orientam para sua revitalização como língua viva, mas para sua exploração como patrimônio cultural. Dessa forma, a ameaça linguística é instrumentalizada, e o discurso de preservação da língua se converte em estratégia de marketing cultural que legitima interesses econômicos e turísticos. Nesse ponto, como aponta Calvet (2007), a política linguística se mostra ineficaz quando não garante condições concretas de transmissão e uso social da língua, mas apenas a transforma em emblema identitário.

Por fim, a inviabilidade da lei evidencia-se nos aspectos práticos: a implementação no sistema educacional implicaria gastos com professores, transporte escolar e adaptação curricular, o que a torna uma lei de difícil execução. Soma-se a isso o limite estrutural do legislativo, que não pode propor medidas que gerem despesas ao município, resultando em uma política que se enquadra no que os

próprios entrevistados chamaram de “lei de gaveta”. Ainda que se discuta a possibilidade de parcerias com a iniciativa privada, os altos custos e os riscos envolvidos dificultam sua efetivação. Assim, a lei se revela como um dispositivo simbólico importante no discurso, mas ineficaz na prática. Nesse sentido, este trabalho conclui que a cooficialização da língua polonesa, mais do que um projeto de revitalização linguística, constitui-se como um mecanismo de mercantilização cultural atrelado à branquitude, que privilegia setores econômicos específicos, enquanto mantém invisíveis os falantes reais da língua e reproduz desigualdades históricas no município.

Assim, percebo que a análise da lei de cooficialização da língua polonesa em São Mateus do Sul não se limita à constatação de sua ineficácia prática ou de sua condição de “lei de gaveta”. Embora o texto legal permaneça sem implementação no que diz respeito às ações educacionais, políticas e institucionais previstas — como a oferta de ensino formal, a valorização da herança linguística e a promoção do uso cotidiano do polonês — a cooficialização não é destituída de efeitos. Ao contrário, ela opera sobretudo no plano simbólico, sendo mobilizada como recurso identitário, cultural e econômico em diferentes setores do município. A circulação da língua em eventos, produtos turísticos e estratégias de valorização da imagem local demonstra que, mesmo sem efetivação administrativa, a lei adquire performatividade social. Esse processo de mercantilização desloca a política linguística de uma condição de completa inoperância, revelando que sua força não reside na execução do que foi prescrito, mas na apropriação simbólica que diversos atores fazem dela.

O percurso investigativo se entrelaça ao meu próprio processo de deslocamento em relação ao pacto da branquitude: se no início eu buscava dar voz a uma comunidade branca sob a perspectiva de língua ameaçada, hoje compreendo que tal proposta reforçaria privilégios e excluiria outras dimensões do debate. Nesse sentido, esta pesquisa revela que a lei, em sua forma atual, beneficia sobretudo comerciantes e empresários brancos da região central, e não os falantes reais da língua, além de demandar recursos que a tornam inviável sem grandes parcerias — o que a inscreve no campo das políticas linguísticas simbólicas mais do que efetivas. Ao mesmo tempo, evidencia como as línguas são lugares de poder, atravessados por ideologias linguísticas e raciolinguísticas, e como a branquitude orienta o que é legitimado como “cultura” a ser preservada. Concluo, portanto, que este estudo contribui não apenas para os debates sobre políticas linguísticas, mas também para

os estudos de branquitude e ideologia da linguagem, ao demonstrar que analisar a língua é, inevitavelmente, analisar relações de poder e privilégios que estruturam a sociedade – inclusive a minha própria trajetória acadêmica e pessoal.

Por fim, espero que este trabalho não se encerre em si mesmo, mas sirva de ponto de partida para novas pesquisas que desestabilizam consensos, questionem naturalizações e rompam com pactos de silenciamento e manutenção de privilégios. A continuidade desse movimento é fundamental para que possamos construir olhares mais críticos e plurais sobre a língua e sobre o próprio fazer acadêmico, compreendendo-os como espaços de disputa, resistência e transformação social. Que mais pesquisas sejam produzidas nesse campo, que mais vozes se levantem, e que cada novo estudo possa contribuir para a abertura de fissuras nos pactos da branquitude e na lógica excludente que ainda orienta nossas práticas. Somente assim será possível avançar na construção de uma academia mais comprometida com a justiça social e com a efetiva democratização do conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini et al. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1979.
- BARROS, Dulce Elena Coelho. FARACO, Carlos Alberto. Linguagem & Diálogo”as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 168 páginas, 2009. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 12, n. 1, p. 185-191, 2011.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva; PIZA, Edith (org.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 1-30.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- CALVET, Louis-Jean. **A guerra das línguas e as políticas linguísticas**. Tradução de Francisco da Silva Borba. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 1999.
- CALVET, Louis-Jean. **Linguagem e colonialismo**: pequena história da glotofagia. Tradução de Marco Antônio Torres. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- CABRAL, Luciana. **Racialização e experiências sociais**: uma abordagem crítica sobre povos racializados. São Paulo: Cortez, 2019.
- CARVALHO, Maria da Graça. **Pesquisa qualitativa: reflexões metodológicas**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- EDUARDO, Domingos Amândio; DE SÁ NETO, Clarindo Epaminondas. O projeto de embranquecimento da população brasileira e os efeitos sociais da utilização do direito como instrumento de segregação racial. Diké - **Revista Jurídica**, v. 22, n. 24, p. 619-644, 2023.
- FRANCO, Giovana. **A negociação das identidades polono-brasileiras na capital polonesa do Paraná**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) – Universidade Estadual do Paraná, União da Vitória, 2021.
- FRASER, Vania; GONDIM, Selma S. Entrevista em pesquisa qualitativa: reflexões sobre a prática e a análise. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 5, n. 1, p. 139-164, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 33. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAL, Susan; IRVINE, Judith T. **Signs of difference**: language and ideology in social life. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

GAL, Susan; IRVINE, Judith T. The boundaries of languages and disciplines: how ideologies construct difference. **Social Research**, v. 62, n. 4, p. 967-1001, 2000.

GARCEZ, C. A.; RIOS, A. C.; LEITE, C. A. Transcrição e análise de interações: desafios e procedimentos metodológicos. In: **Anais do VII Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada**, 2014. p. 265-276.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HELLER, Monica. **Paths to post-nationalism**: a critical ethnography of language and identity. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

HELLER, Monica. The commodification of language. **Annual Review of Anthropology**, v. 39, p. 101-114, 2010.

HELLER, Monica; DUCHÊNE, Alexandre. Language as a local practice in a globalized world. In: COUPLAND, Nikolas (ed.). **Sociolinguistics**: theoretical debates. Cambridge: Cambridge University Press, 2016. p. 303-327.

HELLER, Monica; DUCHÊNE, Alexandre. **Language in late capitalism**: pride and profit. New York: Routledge, 2012.

HELLER, Monica; DUCHÊNE, Alexandre. Pride and profit: changing discourses of language, capital and nation-state. In: DUCHÊNE, Alexandre; HELLER, Monica (ed.). **Discourses of endangerment**: ideology and interest in the defense of languages. London: Continuum, 2007. p. 1-28.

HELLER, Monica; MCELHINNY, Bonnie. **Language, capitalism, colonialism**: toward a critical history. Toronto: University of Toronto Press, 2017.

JUNG, Daniela; SILVA, André Luis da. Racismo linguístico no espaço escolar: o papel dos(as) professores(as) na promoção de uma educação antirracista. **Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 7, n. 1, p. 122-138, 2021.

KROSKRITY, Paul V. Language ideologies. In: DURANTI, Alessandro (ed.). **A companion to linguistic anthropology**. Malden: Blackwell Publishing, 2004. p. 496-517.

LIMA, I. V. P. de. Direito à terra, abolição e formação das favelas na sociedade brasileira. **Revista Em Favor de Igualdade Racial**, v. 7, n. 3, p. 241-256, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/269579.7.3-17>. Acesso em: 21 jul. 2025.

LOPES, Luiz Paulo da Moita. **Identidades fragmentadas**. 2. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

LOPES, Luiz Paulo da Moita. (org.). **O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

MACHADO, Cristina Buratto Gross. Rupturas e permanências de uma população tradicional no pós-guerra: o caboclo do Contestado. **Geografia (Londrina)**, v. 26, n. 1, p. 158-172, 2017.

MINAYO, Maria de Fátima. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

MORO, Daniela. **Ideologias de linguagem, repertórios linguísticos e categorizações étnico-raciais em um município do Sul do Brasil: interesses em disputa no exame de discursos sobre línguas ameaçadas**. 2024. 180 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/283571>. Acesso em: 28 set. 2025.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo**. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

OLIVEIRA, Letícia Pontes de. **Memória histórica, museologia social e a possibilidade de uma gestão comunitária do patrimônio cultural do Contestado**. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2025.

PARANÁ. **Lei Estadual nº 20.655, de 11 de janeiro de 2021**. Institui a Política Estadual de Educação para as Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no Estado do Paraná. Curitiba, PR, 2021. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/>. Acesso em: 28 maio 2025.

PORTAL SÃO MATEUS DO SUL. **Localização**. Disponível em: <http://www.saomateusdosul.com/cidade/localizacao.php>. Acesso em: 1 set. 2025.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROSA, Jonathan; FLORES, Nelson. Undoing appropriateness: raciolinguistic ideologies and language diversity in education. **Harvard Educational Review**, v. 85, n. 2, p. 149-171, 2015.

ROSA, Jonathan; FLORES, Nelson. Unsettling race and language: toward a raciolinguistic perspective. **Language in Society**, v. 46, n. 5, p. 621-647, 2017.

SANTOS, Merilyn Ricieli dos; SILVA JOVINO, Ione da. Sociabilidades negras entre a diversão e os letramentos: um clube literário e recreativo nos Campos Gerais (PR).

Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 10, p. 164-183, 2018.

SÃO MATEUS DO SUL. **Lei Municipal nº 3.043, de 2021**. Dispõe sobre a oficialização da língua polonesa no município de São Mateus do Sul, Estado do Paraná. São Mateus do Sul, PR, 2021. Disponível em: https://sapl.saomateusdosul.pr.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2021/789/lei_no_3043.2021.pdf. Acesso em: 28 maio 2025.

SÃO MATEUS DO SUL. **Lei Municipal nº 4.043, de 24 de agosto de 2021**. Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão do ensino da cultura e história afro-brasileira e indígena no currículo da rede municipal de ensino do município de São Mateus do Sul. São Mateus do Sul, PR, 2021. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/>. Acesso em: 28 maio 2025.

SEVERO, C. G. Línguas e heranças africanas no Brasil: articulando política linguística e sócio-história. **Revista da ABRALIN**, v. 17, n. 2, 2019. DOI: <https://doi.org/10.25189/rabralin.v17i2.483>. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/483>. Acesso em: 4 jun. 2024.

SEVERO, Cristine Gorski. Políticas linguísticas e racismo. In: ENCUESTRO INTERNACIONAL DE INVESTIGADORES DE POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS, 7., 2015, Córdoba. **Actas del VII Encuentro Internacional de Investigadores de Políticas Lingüísticas**. Córdoba: Facultad de Lenguas, Universidad Nacional de Córdoba, 2015. v. 1, p. 403-409.

STENZEL, Aline. **A cidade compra a ideia e a ideia compra a cidade**: mercantilização da linguagem em um município genuinamente alemão. 2022. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2022.

TELLES, Edward E. **Racismo à brasileira**: uma nova história da desigualdade racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

VOLOCHINOV, Valentin Nikolaievich. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1981. (Obra original publicada em 1929).

WACHOWICZ, Romão. **História do povo polonês no Brasil**. Curitiba: Gráfica e Editora Positivo, 1984.

WACHOWICZ, Tatiana S. **Sociologia da educação**. 4. ed. Curitiba: IBPEX, 1981.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (T.C.L.E)



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP/UEPG

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (T.C.L.E) PESQUISAS COM SERES HUMANOS

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e/ou participar da pesquisa de título “Um olhar para a branquitude nas questões linguísticas da língua”, desenvolvida por Giovana Baruffi Franco, discente do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (Mestrado) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Para eventuais recursos ou reclamações, poderei contatar a Secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), pelo telefone (42) 3220-3108.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer bônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é analisar a Lei Municipal nº 3.043/2021 de São Mateus do Sul-PR que dispõe da oficialização da língua polonesa.

A entrevista será feita por meio de gravação de áudio a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados serão feitos pela mestranda pesquisadora.

Os possíveis riscos que essa pesquisa pode apresentar é: o entrevistado apresentar timidez, vergonha, incomodo, evocação de memórias e nervosismo, então para minimizar esses riscos, a entrevista será feita em ambiente acolhedor e privativo - acordados antes da entrevista - , perguntas objetivas e dando espaço para o entrevistado falar. Fui informado(a) de que posso me retirar desse estudo/pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto que recebi uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Minha colaboração se fará de modo:

() anônima, preservando a identidade do entrevistado.

() pública, expondo o cargo que ocupo.

São Mateus do Sul, ____ de _____ de 2024.

Assinatura do(a) participante: _____

RG: _____.

Assinatura da pesquisadora: _____

RG: 14.002.408-2